

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

COMUNICADO

Aos trabalhadores metalúrgicos
Aos trabalhadores de escritório
À direcção dos Escritórios de Lisboa
A todos os trabalhadores

Recibo
23/10/76

BASTA DE FALSIDADES!

Decididamente, a direcção dos Escritórios de Lisboa insiste na falsidade!

Ao tomar conhecimento, através de alguns jornais, do dispendioso comunicado com o qual aquela direcção pretende esclarecer as irregularidades verificadas na A.G. de 14 de Outubro e justificar o seu indigno comportamento, a Direcção dos Metalúrgicos de Setúbal, segura de interpretar correctamente o sentir da esmagadora maioria dos seus representados, comunica:

É lamentável, mas revelador, que a direcção dos Escritórios de Lisboa classifique de "habitual grupo provocador" a maioria dos trabalhadores presente na citada assembleia. Informações chegadas até nós, facilmente verificáveis, desmentem categoricamente a versão dos factos apresentada.

O enfadonho relatório, apesar do lamento fácil, apesar dos argumentos contra os factos, pouco mais é do que um escandaloso desperdício de palavras e dinheiro em período de austeridade.

Por entre tão medíocre palavreado surgem, aqui e ali, venenosas afirmações; não fora a gravidade do momento que vivemos, não nos mereceriam mais que uma sonora gargalhada.

A direcção dos Escritórios parece preocupar-se mais com o que vai na casa dos outros do que na sua própria casa. Os Metalúrgicos são um dos Sindicatos contemplados com as afirmações do comunicado dos Escritórios de Lisboa.

Compete-nos, pois, relembrar aos seus autores, como prova da nossa boa vontade, que o projecto do Contrato Colectivo dos Metalúrgicos foi entregue ao patronato, em Maio de 75, que teimava em não querer negociá-lo. Instado pelos trabalhadores, o Ministério do Trabalho, como lhe competia, promulgou uma Portaria de Regulamentação, em 8 de Setembro, resolvendo, a favor dos trabalhadores, o conflito existente.

Tamanha preocupação da vossa parte em relação a este assunto, por vir fora de tempo, relembrá-nos as 2 horas e 40 minutos que a Comissão Negociadora do CCTV e da qual fazem parte, perdeu a porta da Federação dos Escritórios porque a chave, ou alguém por ela, teimava em não aparecer.

Abrem-se cartas, não se abrem portas ... Adiante.

Apenas mais dois reparos:

a) O Congresso a realizar terá como designação:

Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses

Pela Unidade dos Trabalhadores

Pela Reestruturação da Intersindical Nacional — Central Única dos Trabalhadores Portugueses

que foi aprovada por unanimidade e aclamação na R.G.S. do passado 4 de Setembro — a maior Assembleia de Sindicatos realizada até hoje no nosso país;

b) Como classificar a moção do comunicado em questão, que nem sequer se encontra identificada como devia? Quem são esses trabalhadores? Porque brincam com coisas sérias?

A todos os trabalhadores de escritório reitera esta Direcção o sincero e fraternal apelo para que se mantenham serenos e vigilantes, no firme repúdio aos que pretendem dividir e enfraquecer o Movimento Sindical Unitário.

PELA UNIDADE, CONTRA A EXPLORAÇÃO!

PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES!

PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES!

A Direcção

Sindicato dos Bancários do Norte

19 jan.
23/10/76

Em cumprimento do deliberado na Sessão da Assembleia Geral Extraordinária deste Sindicato, realizada em 20 do corrente, a seguir se transcreve uma das Moções aprovadas na referida Assembleia:

MOÇÃO

- Considerando que o Congresso de todos os Sindicatos, deve visar antes, e mais, que tudo a Unidade;
- Considerando que a preparação do referido Congresso exige uma preparação consciente, profunda e objectiva, de modo a evitar todo e qualquer género de pressão;
- Considerando que a chegada ao Congresso pressupõe ultrapassadas todas as divergências de fundo;
- Considerando que os Sindicatos devem gozar de completa independência face a partidos políticos, estado, patronato, instituições religiosas e agrupamentos com carácter político ou confessional;
- Considerando que a Central Unica dos trabalhadores deve obedecer aos mesmos princípios;
- Considerando que há Sindicatos que não reconhecem a Intersindical como verdadeira e representativa Central Unica dos trabalhadores;
- Considerando que houve e ainda há um grande contencioso que divide os trabalhadores deste país;
- Considerando que a Intersindical foi parte, e parte activa, nessa divisão.
- Considerando que a Intersindical foi veículo de transmissão de política partidária, modelo que o povo português rejeitou por grande maioria;
- Considerando que no seu Anteprojecto de Regulamento a C.N.O.P. defende a reestruturação da Intersindical;
- Considerando que um mutilado, mesmo com uma prótese, não deixa de ser um diminuído físico;

A ASSEMBLEIA GERAL DOS BANCÁRIOS DO NORTE DECIDE:

- 1.º — Rejeitar liminarmente todo o Projecto de Regulamento do Congresso para reestruturação da Intersindical Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses, distribuído pela C.N.O.P.;
- 2.º — Pugnar por um Regulamento que à partida não sendo fonte de discórdia, seja aceite por todos os Sindicatos e elaborado por uma Comissão reconhecida por todos os Sindicatos;
- 3.º — Exigir uma preparação consciente, profunda e objectiva do Congresso de todos os Sindicatos, liberta da influência de todo e qualquer bloco;
- 4.º — Apoiar a Direcção do seu Sindicato na busca de uma clara e duradoura Unidade de todos os trabalhadores;
- 5.º — Reafirmar Inquebrantável determinação da classe de lutar por uma Central Unica de todos os trabalhadores, Democrática e Livrementemente Formada;
- 6.º — Ratificar o espírito dos Comunicados n.ºs 68 e 69/76 da Direcção;
- 7.º — Mandatar a Direcção do seu Sindicato no sentido de desenvolver, por por todos os meios ao seu alcance, os esforços necessários e suficientes para que os princípios anunciados sejam conseguidos;
- 8.º — Que a presente Moção seja dada a conhecer a todos os trabalhadores através da Imprensa, Rádio e Televisão, e a todos os Sindicatos através de circular.

Porto, e Assembleia Geral dos Bancários do Norte, 20 de Outubro de 1976.

Porto e Sindicato dos Bancários do Norte, 22 de Outubro de 1976.

O 1.º SECRETARIO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Augusto de Macedo Barradas

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE AVEIRO

19 jan.
23/10/76

SEDE EM RIOMEÃO

Comunicado

Com o fim de analisarem em conjunto, alguns dos problemas que neste momento preocupam não só os Trabalhadores da Metalurgia, como todos os Trabalhadores em geral, reuniram na Sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, em Riomeão, no dia 12/10/76 elementos da Direcção deste Sindicato e do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, tendo analisado entre outras questões, as seguintes: Legislação de Trabalho aprovada em Conselho de Ministros e a realização do Congresso de Todos os Sindicatos tendo concluído:

- 1 — Exigir que não seja publicada legislação de Trabalho, sem uma prévia consulta das Organizações dos Trabalhadores, tal como está consignado na Constituição.
Alertar o Presidente da República e Conselho da Revolução para que nos termos da Constituição não promulguem tais diplomas, pois para além de anticonstitucionais são lesivos dos mais legítimos direitos das massas trabalhadoras.

- 2 — Apelar a todas as Direcções Sindicais e a todos os trabalhadores, para uma ampla mobilização e uma ampla discussão do Projecto de Regulamento para que se avance decididamente na realização do Congresso, para reforço da nossa organização e da nossa Unidade.

A todas as Direcções Sindicais para que se ultrapassem as divergências de pormenor ainda existentes e participem na discussão de todos os trabalhos referentes ao Congresso.

12/10/76

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE AVEIRO
SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE LISBOA

Riomeão, 18 de Outubro de 1976

PELA DIRECÇÃO
a) Illegível

Congresso dos Sindicatos

19 jan.
23/10/76

Comissão dinamizadora revela resultados

O resultado da actividade desenvolvida pela Comissão Dinamizadora Distrital de Lisboa para o Congresso dos Sindicatos foi revelado, ontem, no decorrer de uma conferência de Imprensa efectuada na sede da Intersindical.

Assim foi revelado que, desde o dia 16 do mês passado, se efectuaram 327 reuniões envolvendo cerca de 235 mil trabalhadores; durante as quais se debateram problemas relacionados com a participação sindical no

próximo Congresso dos Sindicatos.

Nessas reuniões realizadas na maioria em locais de trabalho — conforme foi referido no encontro com os jornalistas — foram aprovadas moções de repúdio pelas direcções sindicais que aderiram à «carta aberta» considerando essa «atitude divisionista».

O apoio à Intersindical foi outra constante verificada nessas reuniões por ter sido considerada «lídimia representante da maioria da massa trabalhadora do País».

PUB.

SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO SUL

Recibo
23/10/76

Congresso de Todos os Sindicatos

Os trabalhadores electricistas reunidos nos diversos Plenários (Lagos, Faro, Vila Real St.º António, Beja, Rossio ao Sul do Tejo, Entroncamento, Sines, Setúbal, Barreiro, Vila Franca de Xira, Portalegre, Santarém, Évora, Lisboa e Funchal) aprovaram o projecto de Regulamento proposto pela CNOP.

- Pela Unidade dos Trabalhadores
- Pela Reestruturação da Intersindical Nacional, Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses.

Lisboa, 22 de Outubro de 1976

A DIRECÇÃO

MOÇÃO

— Considerando que a actividade bombista continua a desenvolver-se em todo o País, sem que alguém lhe ponha cobro;

— Considerando que os pides, além de andarem em liberdade, são julgados e não são castigados, sendo a Lei 8/75 constitucional e que a querem abolir.

Os electricistas, reunidos em Plenário Geral de Sócios no dia 18/10/76, exigem:

— O rápido dismantelamento e punição de toda a rede bombista e seus protectores;

— O julgamento e castigo de todos os pides, sem contemplações;

— Que seja dado conhecimento desta Moção aos órgãos do poder e de comunicação social, nomeadamente Presidente da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República, Comissão Permanente da A.R. e Conselho de Ministros, e aos jornais mais lidos no País.

Lisboa, 18 de Outubro de 1976.

O PLENÁRIO GERAL DE SÓCIOS DE LISBOA

PUB.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS DO SUL

MOÇÃO

Recibo
23/10/76

Os Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul reunidos em Assembleia geral no dia 16.

Declaram-se solidários com a justa luta dos trabalhadores da panificação em greve pela melhoria de salários face ao aumento galopante do custo de vida imposta aos trabalhadores pela recuperação capitalista.

A Direcção
aprovada por unanimidade

PROPOSTA

— Considerando a necessidade da unidade de todos os trabalhadores portugueses, contra a exploração capitalista e imperialista, passo importante para a conquista da sociedade sem explorados nem exploradores, a sociedade socialista.

— Considerando que as manobras da direita reacçãoária são um perigo real para um retrocesso ao fascismo.

Os trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul reunidos em Assembleia Geral Extraordinária no dia 16/10/76, no INATEL, em Setúbal.

Afirmam o seguinte:

1.º — Apoio incondicional à Intersindical Nacional, Central Única dos Trabalhadores.

2.º — Aprovação do projecto do regulamento do Congresso de todos os Sindicatos apresentado pelo secretariado da Intersindical.

3.º — Repúdio pelo aparecimento da dita "Carta Aberta" e apelo ao desvinculamento de todas as direcções que a subscreveram, à base da unidade de todos os trabalhadores portugueses contra o inimigo comum o capitalismo e o imperialismo.

— NÃO AO PLURALISMO SINDICAL

— PELA REALIZAÇÃO DO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

— PELA REESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES

— PELA DEFESA E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO RUMO AO SOCIALISMO

Aprovada por aclamação c/9 votos contra e 5 abstenções

numa **CARTA ABERTA**
agitam-se trabalhadores
muito bem,

quando bem divididinhos,
temperam-se com
umas leis "ao gosto da
casa",

e **COMEM-SE!**



Recibo 23/10/76

Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Braga

RUA DE SANTO ANDRÉ, 44-2.º — B R A G A

MOÇÃO

CONSIDERANDO:

que os Contratos Colectivos de Trabalho do sector metalúrgico sempre gozaram de âmbito nacional;

que tanto maior será a força dos trabalhadores para exigirem o cumprimento dos CCTs quanto maior for o número de trabalhadores por eles abrangidos;

que as Associações do Ramo Automóvel e o Grémio dos Cufeteiros apesar de terem comparecido nas primeiras reuniões de negociação do CCT Vertical, as abandonaram sem qualquer justificação ou motivo;

que o constante aumento do custo de vida não se compensa com mais delongas nas negociações do CCT,

EXIGEM:

que as negociações do CCT Vertical do Sector Metalúrgico sejam imediatamente ultimadas e este publicado no Boletim do Ministério do Trabalho juntamente com a Portaria de Extensão das suas cláusulas aos trabalhadores integrados em empresas pertencentes aos ramos representados pelas Associações falhasas.

BRAGA, 20 de Outubro de 1976.

MOÇÃO

CONSIDERANDO:

que a divisão dos trabalhadores é e foi sempre a grande arma de que o capital se serviu e serve para diminuir a sua força e melhor os explorar;

que só a unidade dos trabalhadores poderá impedir que seja levado às últimas consequências o processo de recuperação capitalista já iniciado;

que é dentro dos seus organismos de classe e da sua Central Única e os trabalhadores devem encontrar as soluções que melhor defendam os seus interesses;

que qualquer contestação à margem do movimento unitário sindical é antidemocrática e antiooperária,

os trabalhadores metalúrgicos de Braga, reunidos em plenário, no dia 20 de Outubro de 1976, para análise do Projecto do Regulamento do Congresso dos Sindicatos,

APELAM para as direcções dos Sindicatos subscritores da «Carta Aberta», que nela ainda se mantenham, para que se submetam às regras da democracia sindical, auscultando realmente a opinião dos seus associados

ALERTAM os trabalhadores portugueses para as graves consequências que poderão advir da sua divisão, a exemplo do que tem acontecido noutros países, e

EXORTAM-NOS para que não se deixem arrastar para posições divisionistas que só favorecem os seus inimigos de classe, os capitalistas, e poderão lançar as bases de retorno ao fascismo.

BRAGA, 20 de Outubro de 1976.

MOÇÃO

Os trabalhadores metalúrgicos de Braga, reunidos em plenário, no dia 20 de Outubro de 1976, apóiam a justa luta dos trabalhadores da MACONDE pela manutenção dos seus postos de trabalho e repudiam a ingerência da entidade patronal na actividade sindical e a situação de boicote económico que a mesma criou e mantém, fazendo um apelo a todos os trabalhadores da empresa para que se unam na defesa dos seus reais interesses e impeçam o saneamento das suas colegas de trabalho, não permitindo a sua suspensão, que mais não é do que o primeiro passo para o seu afastamento definitivo da empresa.

BRAGA, 20 de Outubro de 1976.

MOÇÃO

Os metalúrgicos de Braga, reunidos em plenário, no dia 20 de Outubro de 1976, apóiam a justa luta dos trabalhadores da MILTEX pela manutenção dos seus postos de trabalho e contra as manobras de recuperação da empresa por parte do patronato sabotador, que agora pretende colher os benefícios do esforço heróico levado a cabo pelos trabalhadores durante o período em que aquele se manteve afastado da fábrica que tinha levado à falência.

BRAGA, 20 de Outubro de 1976.

MOÇÃO

Os trabalhadores metalúrgicos de Braga, reunidos em plenário, no dia 20 de Outubro de 1976, não podendo ficar impassíveis perante as constantes e cada vez mais frequentes violações da Constituição por parte dos órgãos responsáveis pela governação do país, manifestam a sua apreensão pela impunidade com que se desrespeita a lei fundamental portuguesa e exigem:

a imediata prisão de todos os PIDES em liberdade e o seu julgamento no mais curto espaço de tempo;

a efectiva audição dos trabalhadores na feitura das leis de trabalho e consequente revogação imediata de todos os Decretos governamentais que não respeitaram os princípios constitucionais que impõem a consulta prévia das organizações sindicais;

O integral cumprimento da Constituição e das conquistas pela mesma asseguradas, designadamente a reforma agrária, as nacionalizações e o controlo operário.

BRAGA, 20 de Outubro de 1976.

Comício da CIL contra legislação antioperária

Quarta
28/10/76

«Analisar legislação antioperária, criar condições para a combater apresentando as nossas soluções concretas que visem impedir a recuperação capitalista é hoje para as massas trabalhadoras uma questão de fundo que se coloca para o futuro da nossa democracia passando necessariamente pelo cumprimento ou não da Constituição», afirmou ontem Jerónimo de Sousa, membro do secretariado provisório das comissões de trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, no decorrer de um comício promovido por esta organização representativa dos trabalhadores em Sacavém.

Em moção aprovada e dentro do mesmo tema os trabalhadores presentes exigem do Governo e da Assembleia da República «que conte com a nossa imediata e construtiva participação na legislação de trabalho nomeadamente sob o controlo operário, lei da greve, da contratação colectiva, dos despedimentos, lei sindical, trabalho a prazo, horário de trabalho, etc.».

No decorrer do comício e para além da intervenção de Jerónimo de Sousa intervieram Carlos Carvalho, do secretariado da Intersindical que abordou temas relacionados com a unidade dos trabalhadores e a organização do Congresso de todos os Sindicatos e João Silva, pela União dos Sindicatos de Lisboa, que historiou o processo de luta dos trabalhadores durante os últimos dois anos. Um membro da comissão de trabalhadores da Intento anunciou o levantamento da suspensão dos 11 trabalhadores da empresa o que motivou momentos de grande entusiasmo entre os presentes.

«O movimento sindical e as comissões de trabalhadores — lembrou Jerónimo de Sousa durante a sua intervenção — através de plenários de empresas e de reuniões gerais de trabalhadores têm protestado contra as medidas

antioperárias anunciadas em matéria de trabalho. 136 sindicatos e oito federações no plenário da Intersindical de 9 de Outubro, 118 comissões de trabalhadores da CIL no plenário da Cometa em 2 de Outubro, para além do encontro da Mague e da Carris são alguns exemplos demonstrativos de que os trabalhadores repudiam qualquer legislação antioperária venha ela donde vier».

Carlos Carvalho analisou o actual momento sindical assinalando que «quando se fala de sindicatos «democráticos» todos os trabalhadores sabem que uma coisa é dizerem-se democráticos e outra coisa é serem efectivamente democráticos. Em assembleias recentes os sindicatos da «carta aberta» demonstraram que respeitam tudo menos a vontade dos trabalhadores». Mais adiante aquele membro do secretariado da Intersindical acentuou que «os argumentos dos adeptos da «carta aberta» só servem para tentar justificar a divisão do movimento sindical que eles pretendem. Mas essa justificação não lhes darão os trabalhadores portugueses». Durante a sua intervenção Carlos Carvalho assinalou, mais uma vez em nome da organização que representa «que estamos abertos a todos os sindicatos que queiram participar no próximo congresso», frisando que «nós queremos um movimento sindical verdadeiramente revolucionário que represente os interesses mais profundos das massas trabalhadoras».

Durante o plenário foram aprovadas moções de protesto contra as ingerências no Sindicato da Hotelaria — «os trabalhadores consideram que este método de corporativismo fascista já tinha sido totalmente varrido da nossa sociedade» — e contra as tentativas que visam pôr em causa a Reforma Agrária, nomeadamente através da colaboração de alguns órgãos de comunicação social que dão voz à CAP.

e sindical

meiro caso, a atitude «apenas relete o receio que, a partir de certa altura, o secretariado sentiu de que os objectivos por que se bate — a criação de uma central sindical única e lemoocrática — fossem traídos. No segundo, dizendo que «a adesão à Intersindical nesta altura e antes do Congresso, não está nos nossos propósitos, pois para que tal se verificasse, haveria primeiro que ser convocado um plenário expressamente para o efeito».

O secretariado daquele sindicato transcreve uma moção aprovada em plenário em que é «denunciado o projecto de regulamento apresentado pela Intersindical como apontando para um Congresso de cúpulas sindicais (...), como sendo anti-democrático (...) divisionista, pois faz da primeira sessão do congresso de todos os Sindicatos um II minicongresso da Intersindical (...) e não serve a um Congresso Unitário e Democrático».

● Numa reunião realizada em 14 de Outubro, os delegados sindicais dos Ministérios da Agricultura e Pescas, Comércio e Turismo e Indústria e Tecnologia decidiram criar uma comissão que elaborará os novos estatutos dos SOFE (serviços sociais). Esta decisão decorre do «silêncio governamental» em relação a propostas já feitas para aqueles estatutos, e dela vai ser dado conhecimento oficial ao Governo, com o pedido de que se dê cumprimento às reivindicações anteriormente apresentadas. A próxima reunião dos delegados sindicais será no dia 25, às 18.30, numa das salas de reunião do Ministério da Agricultura e Pescas.

● Os trabalhadores de escritório do distrito de Setúbal votaram, em assembleia geral, uma moção contra o decreto-lei aprovado em Conselho de Ministros sobre despedimentos com justa causa, considerando-o inconstitucional e lesivo dos interesses dos trabalhadores.

De acordo com a ANOP, o referido documento, onde se repudia veementemente a decisão, afirma-se que o decreto-lei mais não visa que a recuperação capitalista».

ANOP - 23/10/1976

● O Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul divulgou um comunicado, onde define a sua posição sobre a Reunião Geral de Sindicatos, que se realiza hoje e amanhã, e também sobre o Congresso dos Sindicatos. O documento diz que a Comissão Nacional Organizadora «tem de ter uma composição de acordo com os princípios aprovados na RGS do dia 4 de Setembro» e que os sindicatos e os trabalhadores devem dispor de um mês após a eleição, para poderem apresentar propostas de estatutos para a Central Sindical. O sindicato indica, também, as teses que, no seu entender, devem ser discutidas no Congresso.

● A contratação colectiva e o Congresso dos Sindicatos serão temas da reunião que o Sindicato dos Rodoviários de Faro, vai realizar hoje, às 21 horas, na Junta Distrital, com a presença da União dos Sindicatos daquele distrito.

● O Secretariado Nacional do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações esclarece, num comunicado, os motivos da desvinculação deste sindicato da Carta Aberta e da sua não adesão à Intersindical. No pri-

25 OUT. 1976

Director Adjunto: VÍTOR DIREITO

Segundo Congresso da Intersindical

Triunfalismo fácil aprofunda cisão

A Reunião Geral de Sindicatos, que se realizou este fim-de-semana nas instalações da FIL, marcou o II Congresso da Intersindical para os dias 27, 28, 29 e 30 de Janeiro do próximo ano, aprovou o respectivo regulamento e procedeu à eleição da Comissão Nacional Organizadora do Congresso. As decisões tomadas, longe de conduzirem à unidade do movimento sindical, constituem um factor de divisão uma vez que, sob o falso argumento da maioria, poderão vir a afastar, talvez de uma forma definitiva, um número considerável de sindicatos do Congresso e aprofundam a actual situação de cisão.

Com efeito, se é certo que no encontro estiveram presentes 224 direcções sindicais — o que constitui, no dizer de um elemento da Inter, a maior reunião sindical jamais realizada entre nós — o triunfalismo fácil não deve fazer esquecer os cerca de 150 sindicatos ausentes e que representam muitas centenas de milhares de trabalhadores. Por outro lado, não se

pode dizer que o plenário tenha sido autenticamente representativo do movimento sindical, uma vez que muitas das tendências existentes não compareceram, protestando desse modo contra a forma como os trabalhos preparatórios do Congresso têm vindo a ser conduzidos pela CNOP — que o mesmo é dizer pela corrente do secretariado da Intersindical. Estes

dois aspectos são particularmente importantes, já que dizem respeito ao próprio conceito de unidade sindical — que se há-de construir com todos os sindicatos, sem excepção e congregando todas as tendências com real expressão entre os trabalhadores. Tal conceito não é partilhado pelos sectores afec-

(Continua na pág. 16)

Segundo Congresso da Inter

(Continuação da pág. 1)

tos ao secretariado da Inter, que preferem iludir-se com a pretensão maioritária de que dispõem, maioria que se é efectiva entre as direcções sindicais não o será certamente entre os trabalhadores deste País.

Aliás, o monolitismo e a falta de democracia terão sido duas das características dominantes no plenário de sindicatos. E a demonstração está na impossibilidade de os órgãos de comunicação terem assistido aos trabalhos, a proibição de os sindicatos paralelos participarem, os resultados das votações e o próprio ambiente que em certas alturas se respirou — com vaias, apupos, cortes de palavra e outras conhecidas manifestações de «cunho democrático»...

O projecto de regulamento foi aprovado por esmagadora maioria, não tendo sido consideradas as alternativas previamente apresentadas pelos Sindicatos dos Têxteis do Sul, Rodoviários de Setúbal e Ourivesaria do Sul. Quanto à Comissão Nacional Organizadora do Congresso, será constituída pelo Secretariado da Inter e por 35 sindicatos. Aquela comissão, que exclui muitas das tendências existentes no movimento sindical, não respeita, por outro lado, o princípio da paridade, e é domi-

nada completamente pela corrente «unitária», estando a «Carta Aberta» representada somente com três sindicatos.

«AFIRMAR A CISÃO»

«A conclusão que eu retiro de tudo isto é que se pretende afirmar a cisão do movimento sindical» — afirmou esta manhã um elemento da Comissão de Redacção da «Carta Aberta» a propósito do resultado da reunião geral de sindicatos. «Ou isto é a cisão ou então não se percebe. Com efeito, nós e o secretariado da Inter estamos a desenvolver esforços no sentido de, na base da anterior CNOP, conseguirmos uma aproximação aos nossos princípios. Isto parece tudo uma brincadeira: dizem-nos uma coisa — o que até está lavrado em actas de reuniões recentemente havidas — e depois decidem tudo ao contrário.»

O elemento contactado pelo nosso jornal nada mais adiançou, a não ser que toda esta problemática terá de ser analisada muito em breve de uma forma mais pormenorizada. O mesmo deverá fazer a direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca, que foi incluído na CNOC.

“Carta Aberta” ou como abrir o flanco ao capitalismo

25/10/1976

Telmo Vieira é um trabalhador bancário, sincero antifascista, ex-Vice-Presidente da direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, que recentemente apresentou a sua demissão do cargo por ter tido consciência daquilo a que a «Carta Aberta» e a política da direcção dos bancários do Sul estão a conduzir os trabalhadores: objectivamente, à divisão e ao pluralismo sindical.

A recusa de Telmo Vieira em continuar ligado à direcção do seu sindicato constitui um sério aviso a todas as direcções que ainda não abandonaram a política cisionista da «Carta Aberta», e um alerta a todos os trabalhadores cuja força é utilizada nesta manobra.

Ouçamos o depoimento de Telmo Vieira:

«Particpei na actual direcção dos Bancários porque na altura julguei que os elementos ligados aos MRPP que lá se encontravam eram marxistas-leninistas genuínos e que os afectos ao PS estivessem mais interessados no socialismo do que em fazer «política-PS», tanto mais que alguns dos trabalhadores de uma e outra corrente haviam participado, juntamente comigo, nas duras lutas dos bancários contra o fascismo e a polícia de choque.

ÁCORES: MRPP IDENTIFICADO COM O FLA

Comecei a mudar de ideias quando, por exemplo, nos Açores elementos do MRPP foram identificados com a FLA, o que gerou uma crise que provocou a sua expulsão da lista, incidente que ainda está pendente, na comissão disciplinar do sindicato. Por outro lado os elementos afectos ao PS, perante a actual recuperação capitalista, em vez de como socialistas e trabalhadores conscientes se oporem firmemente, se necessário, ao próprio Governo do seu partido, não souberam manter a independência do sindicato face ao Governo nem ao partido.

Embora não tivesse interesse pessoal algum que me impelisse a ser dirigente sindical, acedi ao convite que me foi dirigido e fui primeiro secretário da direcção, tendo passado a Vice-Presidente por ocasião da expulsão dos militantes do MRPP.

Abandonei este cargo recentemente, devido às posições divisionistas da direcção, na primeira linha da «Carta Aberta», que eu considero como um verdadeiro «cavalo de Tróia» voltado contra a unidade dos trabalhadores.

A actuação divisionista da direcção culminou com a última Assembleia Geral em que pudemos assistir, devido à direcção não ter informado os sócios da fase em que se encontravam as negociações em curso com o Secretariado da Inter, ao espectáculo de cerca de 6000 trabalhadores divididos em dois blocos antagónicos e sensivelmente equivalentes, de modo a ser impossível a quem quer que seja, de boa fé, afirmar que a maioria estava num lado ou no outro.

Não se pode avançar com os trabalhadores assim divididos em dois grandes blocos, num dos quais estão o PS, PPD, CDS, MRPP e outros parecidos, e doutro as forças

afectas ao PC, aos GDUP. Em vez de apontar para um trabalho unitário a direcção tornou-se num instrumento claramente partidário e voltou os trabalhadores uns contra os outros. Criticou-se a Intersindical por estar a funcionar com correia de do partido, e agora faz-se o mesmo, tendo apenas mudado a engrenagem; se eu criticava o sectarismo e os erros da Inter, que muitos dirigentes desta reconhecem, não podia ser cúmplice de nova manipulação dos trabalhadores.

No sector dos serviços, a que os bancários pertencem, em que há trabalhadores do PPD e do CDS, corremos o risco de após a escalada do PS assistirmos a outra mais à direita. Neste momento existe uma instabilidade política que os trabalhadores pressentem, sem caírem no fatalismo mas lutando contra a direita e as forças capitalistas; a própria Imprensa refere determinadas movimentações que deixam nas pessoas um sentimento de insegurança.

TRABALHADORES DIVIDIDOS

Tenho de chamar a atenção dos meus camaradas que no caso de qualquer eventualidade política, é muito grave que os trabalhadores sejam apanhados divididos, uns contra os outros como se fossem inimigos, apenas devido a manipulações partidárias, a tragédia poderá ser muito maior neste caso do que estando os trabalhadores congregados na sua central sindical única, resolvendo no seu seio os diferentes sobre questões pontuais, que possam existir.

Elementos da direcção dos bancários têm afirmado, inclusivamente na televisão, que os trabalhadores estão divididos, para grande regozijo da CIP, da CAP e forças quejandas. No entanto, quando há perspectivas correctas e unitárias os trabalhadores congregam-se, como aconteceu na negociação do Contrato Colectivo de Trabalho dos bancários, como podia também acontecer com o Congresso dos Sindicatos.

O programa eleitoral dos corpos gerentes sempre apontou e continua a apontar para a reestruturação da Intersindical no seio da Intersindical, nunca admitimos que se formasse qualquer grupo paralelo para desenvolver um trabalho desagregador, que só serve para dar o flanco ao inimigo de classe. Temos de ultrapassar o que nos divide dentro da Central Sindical

Única que existe desde o tempo do fascismo, que já tem seis anos, que me é muito cara pois acompanhei o seu aparecimento através de camaradas que estavam espenhados na sua fundação. Há muitas coisas a alterar lá dentro mas só ignoram a sua existência os trabalhadores que não atribuíam qualquer importância ao sindicalismo no tempo do fascismo, e só apareceram nos sindicatos após o 25 de Abril, propostos pelos partidos. Só assim compreendo que afirmem: «A Central sindical nunca existiu, nós agora é que a vamos construir», ou que certo dirigente tenha dito: «Se soubesse que os trabalhadores estavam no PS, fazia outra Central».

«CARTA ABERTA»

No início da minha actuação na direcção dos Bancários do Sul e Ilhas estava ocupado na elaboração do CCT e quando apareceu a «Carta Aberta» pensei que era mais uma carta, como aquelas que se mandam a alguém, sem consequência de maior, e só numa das últimas reuniões em Coimbra me intei dos problemas. Passei a alertar os meus camaradas para o inimigo principal dos trabalhadores portugueses e para o bom rendimento que o capitalismo retira da «Carta Aberta», com grupos de pluralistas que querem moldar o movimento sindical ao figurino europeu.

Por várias vezes não entreguei declarações de voto que havia elaborado nas reuniões da direcção, na esperança de que os camaradas ligados à «Carta Aberta» revissem a sua posição, o que parecia estar a acontecer nas últimas reuniões com a CNOP, de que os trabalhadores não tiveram conhecimento.

Creio que os Bancários do Sul já teriam abandonado a «Carta Aberta» se os corpos gerentes não tivessem querido manter questiúnculas subjectivas, para ganhar tempo ou porque não estão interessados na reestruturação da Intersindical nem no Congresso dos Sindicatos para o qual a direcção, no comunicado n.º 1 de 76 apontava com urgência contrária ao actual desejo de o retardar e boicotar.

Não quero ilibar o Secretariado da Inter de todas as culpas que tem nesta divisão, mas a verdade é que a «Carta Aberta» é uma verdadeira excrecência sindical, está a mais no panorama sindical português.

FAZER OUTRA CENTRAL SINDICAL

Tem-se tendência para acreditar nas recentes notícias de apoios internacionais à «Carta Aberta», quando se verifica que a direcção dos Bancários aponta nitidamente para ruptura com a CNOP numa assembleia Geral de um sindicato que é dos maiores do país, com 70 mil trabalhadores dum sector fundamental. O que é que se pretende com esta atitude se

não fazer uma outra central sindical?

Para que isto não aconteça é necessário que trabalhadores e dirigentes sindicais, que têm já a sua central sindical, forjada durante o fascismo, denunciem dentro desta central e junto dos trabalhadores todos, os erros, sectarismo, elitismo e enfeudamento partidário.

Por outro lado os trabalhadores Bancários do Sul devem pressionar a direcção para que ela actue neste sentido, deverão convocar nova Assembleia Geral para rediscutir a questão, organizarem-se dentro do sindicato para que este permaneça na Central, vá ao Congresso e lá defenda as posições que os trabalhadores considerem correctas.

A direcção não pode ignorar que os sindicatos afectados à Intersindical são neste momento perto de 200, enquanto na «Carta Aberta» há cada vez menos. Ao princípio contou os sindicatos afectados à Inter, pensando que os restantes iam aderir à «Carta Aberta», esquecendo-se que há muitos com uma expressão mínima, outros que são directamente «cacicados» pelo patronato. Quando se levanta o problema da paridade, após o secretariado da Inter ter admitido que se podia estudar uma nova composição de sindicatos na Comissão Organizadora que representasse as diversas correntes, está-se a cair no tal subjectivismo e divisionismo.

UNIDADE DOS TRABALHADORES

Apelo aos trabalhadores para que atentem no valor precioso que é a sua unidade, que não é a unidade de A nem B, mas a unidade contra os inimigos principais, ultrapassando manipulações partidárias. Nem os trabalhadores de serviços nem a classe operária estão num único partido, mas os seus interesses são os mesmos, a construção de uma sociedade nova onde não haja exploração do homem pelo homem, para a qual há que criar uma plataforma de entendimento e ultrapassar divergências que são secundárias.

O Congresso podia ter avançado já muito mais com esta «partidarite» que só serve para criar nalguns trabalhadores um espírito de desânimo, de desapontamento, quando é preciso que os trabalhadores socialistas, todos os que são minimamente politizados, possam estar unidos em volta de uma mesma perspectiva.

Que o sindicato lute pela unidade e não sirva de campo de manipulação partidária, de retaliação de trabalhadores contra trabalhadores, tanto mais que são muitas vezes empoladas as divergências do passado, que não interessam senão para corrigirmos os nossos erros, de modo a melhor avançarmos na construção de uma sociedade ao serviço dos trabalhadores, a sociedade socialista.

25 OUT. 1978

Congresso dos Sindicatos será em Janeiro

-aprovado o regulamento, eleita a CNOC

Encontra-se finalmente marcada a data do congresso de todos os sindicatos portugueses, depois de uma reunião geral de sindicatos efectuada este fim-de-semana em Lisboa, com a presença de representantes de 289 organizações sindicais de todo o País. O congresso realizar-se-á a 27, 28, 29 e 30 de Janeiro, segundo as regras do regulamento agora aprovado, passando os respectivos trabalhos preparatórios a ser orientados por uma Comissão Nacional Organizadora (CNOC) amplamente representativa, ontem eleita.

Dos 224 sindicatos presentes nesta reunião geral, 62 não estão filiados na Intersindical. Assinala-se, também, a participação de 29 representações de sindicatos anteriormente afectos ao grupo da Carta Aberta, resultado da pressão exercida pelos sócios sobre as respectivas direcções. Participaram ainda 19 uniões distritais e locais, 12 federações, 10 secções sindicais, e 15 delegações. Estiveram, desta forma, representados cerca de um milhão e seiscentos mil trabalhadores sindicalizados.

A «extraordinária» assistência a esta reunião geral representa, sem sombra de dúvidas, o isolamento a que os trabalhadores portugueses estão a votar todas aquelas forças que pretendem instalar no Movimento Sindical Português o «divisionismo», concluiu a CNOC, que, em comunicado divulgado no fim dos trabalhos imputa essa influência ao «extraordinário esforço

de mobilização desenvolvido pelas comissões dinamizadoras distritais».

Segundo foi revelado, estas comissões promoveram em todos os distritos do País, no espaço de um mês, 1422 reuniões de esclarecimento, discussão e participação na tarefa de «reorganização do reforço do Movimento Sindical».

CONGRESSO ABERTO

O congresso é constituído por todos os sindicatos portugueses, que deverão inscrever-se até 45 dias antes do seu início. Competirá depois à C. N. O. C. tornar pública a lista dos sindicatos inscritos, seus representantes no congresso e número de trabalhadores nele sindicalizados, de acordo com os elementos por eles comunicados.

No caso dos sindicatos paralelos, que se pretendem representativos de uma ou mais categorias de trabalhadores na mesma área, a C. N. O. C. procurará resolver a questão em conjunto com esses sindicatos. Tentará desse modo, evitar o pluralismo sindical, considerando, entre outros factores, as datas das assembleias constitutivas e a regularidade da sua convocação. No caso de não se chegar a acordo, a C. N. O. C. tomará uma decisão, da qual é possível recorrer para a reunião geral de sindicatos a realizar até 30 dias antes do congresso.

A representação ao congresso será proporcional ao núme-

ro de trabalhadores sindicalizados, havendo um mínimo de três delegados por cada sindicato, designados de entre os sócios pela forma que estes entenderem mais democrático. No entanto, a maioria dos representantes, por sindicato, terão de ser membros dos respectivos corpos gerentes, ou por estes mandatados.

De acordo com a tabela constante do regulamento, o número de delegados por cada sindicato é de três, até cinco mil sindicalizados; de cinco, de cinco a dez mil sindicalizados; de sete, de dez a trinta mil sindicalizados; ou de nove, acima de trinta mil trabalhadores sindicalizados.

Além dos sindicatos portugueses podem participar no congresso, mas sem direito a voto, a C. N. O. C., o Secretariado da Intersindical, e os secretariados das uniões sindicais e locais e das federações.

ORDEM DE TRABALHOS

A mesa do congresso será constituída pela C. N. O. C., competindo-lhe assegurar o bom funcionamento dos trabalhos na observância dos princípios democráticos, redigir as actas, e assegurar o apoio técnico ou administrativo necessário.

A ordem de trabalhos aprovada prevê para o primeiro dia, 27 de Janeiro, três sessões, com início às 9, às 15 e às

21 horas. De manhã, após a abertura, proceder-se-á à análise, discussão e deliberação pelos sindicatos filiados sobre as alterações a introduzir nos Estatutos da Intersindical, com vista à participação no Congresso de Todos os Sindicatos. As restantes sessões serão consagradas ao relatório da C. N. O. C. sobre a actividade desenvolvida pelo Movimento Sindical para a preparação do congresso, e à discussão e votação das alterações aos estatutos.

O segundo e terceiro dias, igualmente com três sessões, serão dedicados à análise, discussão e aprovação, respectivamente do programa de acção e da Lei Sindical.

No dia 30, e antes da sessão de encerramento, prevista para as 15 horas, proceder-se-á à eleição dos órgãos directivos da Central Sindical (a partir das 9 horas).

De acordo com o regulamento, as deliberações serão tomadas por maioria simples de votos apurados, salvo disposição em contrário consignada nos estatutos a aprovar. A votação é por braço levantado e por sindicato, exprimindo a vontade colectiva da sua delegação. Cada representação dispõe do número de votos proporcional ao número de trabalhadores sindicalizados, na proporção de um voto por cada mil.

C. N. O. C. — O QUE É, QUEM É

Organizar o Congresso, elaborando, designadamente, os projectos de alteração dos Estatutos da «Inter», da Lei Sindical e do programa de acção, é a tarefa central da Comissão Nacional Organizadora do Congresso, (C. N. O. C.) ontem eleita. Nela se encontram representadas diversificadamente as várias zonas geográficas do País, os principais sectores de actividade, e os sindicatos filiados ou não na «Inter»; de diversas formas de pensamento com expressão real do Movimento Sindical.

Integram-na 36 organizações sindicais, das quais dez se não encontram filiadas, incluindo duas direcções sindicais que integraram a Comissão de Redacção do Grupo da «Carta Aberta». A C. N. O. C. ficou assim constituída:

Secretariado da Intersindical; Construção Civil de Lisboa; Metalúrgicos de Lisboa; Têxteis do Sul; Rodoviários de Lisboa; Químicos do Centro e Sul; Electricistas do Sul; Capitães e Oficiais Náuticos e Comissários e Radiotécnicos da Marinha Mercante; Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas; Comércio do Porto; Metalúrgicos do Porto; Têxteis do Porto; Vestuário do Porto; Motoristas do Porto; Electricistas do Porto; Gráficos do Porto; Bancários do Centro; Cerâmicos de Coimbra; Metalúrgicos de Setúbal; Rodoviários de Setúbal; Ferroviários do Sul; Metalúrgicos de Aveiro; Calçado e Malas de Aveiro; Vidreiros (Sindicato de Ambiente Nacional), Lanifícios de Leiria e Coimbra; Pescadores de Peniche; Metalúrgicos de Santarém; Escritórios de Castelo Branco; Têxteis de Braga; Hotelaria de Faro Agrícolas de Évora; Panificação de Lisboa; Construção Civil do Funchal, e, um sindicato dos Açores, em representação do arquipélago a eleger oportunamente.

AINDA O PLENÁRIO DOS BANCÁRIOS

Direcção e mesa acusadas de processos antidemocráticos

Não se extinguíram ainda os ecos da controversa Assembleia Geral dos Bancários do Sul e Ilhas realizada na F. I. L. De vários sectores da classe têm surgido críticas duras ao comportamento da Direcção e da mesa da Assembleia Geral.

Agora são alguns trabalhadores, em delegação do grupo que subscreveu a proposta apresentada ao plenário (proposta não discutida e, muito menos, votada), que denunciam aquilo que classificam de «processos antidemocráticos da Direcção», a qual — segundo eles — não promoveu uma séria movimentação no sentido do debate e esclarecimento dos problemas ligados ao Congresso, para uma correcta tomada de posição da classe». A actual Direcção dos Bancários do Sul e ainda acusada de ter participado nas reuniões de Coimbra, que haveriam de conduzir à «Carta Aberta», sem auscultação dos associados, nem discussão, entre eles, da linha sindical a seguir.

Com vista a uma clara localização das críticas, passamos a transcrever, em parte, a proposta que os trabalhadores do Departamento da 24 de Julho do Banco Totta e Açores apresentaram ao plenário da F. I. L. e não chegou a ser debatida. Depois de vários considerandos, apontando de um modo geral para a necessidade da unidade e organização dos trabalhadores e para o facto de vir a ser do Congresso que sairão as normas que irão unificar e estruturar o Movimento

Sindical, bem como a definição da actuação face à legislação do trabalho, contratação, etc.), propõe-se:

a) — Que o Sindicato participe de pleno direito na C. N. O. P., contribuindo activamente na realização do Congresso de Todos os Sindicatos;

b) — Que o Sindicato efectue todas as diligências para ultrapassar as divergências, realçando os pontos comuns e que são os mais importantes;

c) — Que o Sindicato preste informações com regularidade, do andamento dos trabalhos;

d) — Que o Sindicato abandone a denominada «Carta Aberta» e lute abertamente no seio do Movimento Sindical, pela sua democraticidade, independência e por uma Central Única de todos os trabalhadores».

Como é sabido, a mesa do plenário deu como aprovada por maioria uma moção apresentada pela Direcção, de sinal contrário, ou seja de fidelidade à «Carta Aberta».

PROCESSOS E INTENÇÕES

«Não é, para nós, claro, nem o resultado da votação feita no plenário, nem, de um modo geral, a maneira como a mesa conduziu os trabalhos, impedindo, nomeadamente, a discussão da nossa proposta» — afirma-nos um dos proponentes, que acrescenta:

«Repudiamos com indignação todas as afirmações tendentes a identificarem-nos com este ou aquele partido ou orga-

nização. A nossa proposta foi subscrita por todos os trabalhadores do Departamento da 24 de Julho, do Totta e Açores, onde estão representadas várias ideologias políticas. E a unidade que alcançámos, continuamos a mantê-la».

Voltando à análise do plenário, da F. I. L., outro dos proponentes recorda que um associado, em ponto de ordem à mesa, perguntou como seria feita a votação e referiu que, em conversa mantida durante a tarde do mesmo dia, o mesmo associado alertara o presidente da mesa para as dificuldades que inevitavelmente surgiriam e aconselhara-o a levar as urnas para um eventual escrutínio secreto. O presidente confirmou esta conversa perante a assembleia, e disse não ter seguido o conselho, na esperança de que tudo correria bem.

«Isto a nós parece-nos intencional — continua o nosso interlocutor — até porque a Direcção foi sempre defensora do voto secreto».

Igualmente intencionais seriam factos como o começo tardio da Assembleia, a sua interrupção (sob alegação de dificuldades na ligação do gravador à corrente) por dois períodos, num total de 45 minutos, finalmente, a corrida ao livro das inscrições para o uso da palavra: houve apenas quatro intervenções de associados (o tempo não deu para mais...), todos afinados pela mesma nota — a defesa da «Carta Aberta».

CONGRESSO DOS SINDICATOS DE 27 A 30 DE JANEIRO

O Congresso dos Sindicatos Portugueses foi marcado para os dias 27, 28, 29 e 30 de Janeiro do próximo ano, segundo decisão tomada na reunião geral que se efectuou nas instalações da F.I.L. no último fim-de-semana. Além disso, um porta-voz da Comissão Nacional Organizadora do Congresso revelou que foi aprovado por larga maioria o projecto de regulamento do congresso, que teve, no entanto, algumas alterações. A mesma fonte revelou ainda que, no segundo ponto da ordem de trabalhos, de que constava a eleição da Comissão Nacional Organizadora, foram apresentadas duas listas, uma da C. N. O. P. e outra de alguns sindicatos, tendo sido aprovada a primeira.

Durante uma conferência de Imprensa a conceder amanhã, pelas 9 horas, será feito o balanço da actividade e das principais conclusões da reunião geral, pelos representantes da C. N. O. P.

qualquer forma foram já adiantados alguns pontos. Assim, segundo um comunicado distribuído ontem ao princípio da tarde, em que era feito o balanço do primeiro dia, foi aprovado, na generalidade, o projecto de regulamento do congresso apresentado pela C. N. O. P. A votação, segundo esse comunicado, foi de 1460 a favor, 34 contra e 64 abstenções. «Cada voto é proporcional a mil trabalhadores representados», acrescentava o comunicado.

Conforme ainda o documento da C. N. O. P., a terceira reunião geral dos sindicatos começou no sábado, por volta das 10 horas, e terminou os seus trabalhos às 20 horas. Estiveram representados 1 584 000 trabalhadores, num total de cerca de milhões de trabalha-

dores portugueses sindicalizados.

Tomaram parte nos trabalhos desta reunião geral dirigentes de 224 sindicatos, sendo 162 filiados na Intersindical e não estando os 62 restantes.

Participaram também nos trabalhos dirigentes de todas as 16 reuniões distritais, de 10 secções de sindicatos, 15 delegações de sindicatos, três uniões locais e 12 federações, num total de 289 organizações sindicais representadas por 580 delegados. Além disso, ainda segundo o comunicado, 2 sindicatos participaram como observadores. Estiveram presentes e participaram nos trabalhos 19 organizações sindicais da Madeira e Açores, «exactamente metade das existentes com tal âmbito territorial». A

Aspecto da mesa da Reunião Geral de Sindicatos efectuada no passado fim-de-semana. Participaram cerca de três centenas de organizações sindicais de todo o País, entre as quais algumas dezenas não filiadas na Intersindical, que aprovaram o regulamento do Congresso dos Sindicatos o qual ficou marcado para Junho do próximo ano

mesa que presidiu aos trabalhos foi constituída pela C. N. O. P., eleita na reunião geral dos sindicatos de 4-9-1976.

Para a C. N. O. P., «a extraordinária assistência a essa reunião geral representa (...) o isolamento a que trabalhadores portugueses estão a votar a todos aqueles que pretendem instalar no movimento sindical português o divisionismo e abrir (...) as portas ao enfraquecimento da força organizada dos trabalhadores, numa nítida manobra de apoio à recuperação capitalista e a trava-

gem da construção democrática da nossa sociedade rumo ao socialismo, expressamente consignada na Constituição da República Portuguesa».

Finalmente, o comunicado afirma que a reunião geral «representa o esforço de mobilização desenvolvido pelas diversas comissões dinamizadoras distritais, que, no curto espaço de um mês, levaram a efeito em todos os distritos do nosso País 1422 reuniões de esclarecimento, discussão e participação na tarefa que é a da reorganização e reforço da unidade do movimento sindical».

'Bancários do Sul' aprovam novo horário

A proposta de um novo horário de trabalho a figurar no projecto do Contrato Colectivo de Trabalho foi aprovada no sábado passado por cerca de mil bancários, reunidos em assembleia geral, no Pavilhão dos Desportos.

Após cinco horas de discussão de diversas cláusulas do CCT, os trabalhadores bancários decidiram escolher o seguinte horário: das 8 e 45 às 12 e 15 e das 13 e 30 às 17 horas. Simultaneamente foi recusada uma proposta da direcção do sindicato que previa um horário contínuo das 8 e 30 às 15 e 30.

Devido ao atraso em que se encontra a discussão de diversos pontos do CCT, como a carreira profissional e as tabelas salariais, efectuar-se-á

nova assembleia dos bancários do sul e ilhas, na próxima quarta-feira, dia 27, na Voz do Operário.

Entretanto, os bancários do norte estão a fazer uma verdadeira «corrida contra o tempo» com o objectivo de conseguirem aprovar, até 31 de Outubro, o projecto de CCT, indispensável para a denúncia da actual regulamentação do trabalho no sector.

Depois da última assembleia, realizada no Pavilhão do Académico, com a presença de cerca de 300 associados, os bancários nortenhos decidiram exigir aos corpos gerentes do sindicato a convocação de «tantas sessões da AG quantas forem necessárias para que o clausulado seja discutido e aprovado antes do fim do mês».

SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO SUL CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

Os trabalhadores electricistas reunidos nos diversos Plenários (Lagos, Faro, Vila Real-St.º António, Beja, Rossio ao Sul do Tejo, Entroncamento, Sines, Setúbal, Barreiro, Vila Franca de Xira, Portalegre, Santarém, Évora, Lisboa e Funchal) aprovaram o projecto de Regulamento proposto pela CNOP.

- Pela Unidade dos Trabalhadores;
- Pela Reestruturação da Intersindical Nacional Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses.

Lisboa, 22 de Outubro de 1976.

A DIRECÇÃO

MOÇÃO

- Considerando que a actividade bombista continua a desenvolver-se em todo o País, sem que alguém lhe ponha cobro;
- Considerando que os pides, além de andarem em liberdade, são julgados e não são castigados, sendo a Lei 8/75 Constitucional e que a querem abolir;
- Os electricistas, reunidos em Plenário Geral de Sócios no dia 18-10-76 exigem:
- o rápido desmantelamento e punição de toda a rede bombista e seus protectores;
- o julgamento e castigo de todos os pides sem contempações;
- que seja dado conhecimento desta Moção aos órgãos do Poder e de Comunicação Social, nomeadamente Presidente da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República, Comissão Permanente da A. R. e Conselho de Ministros e aos Jornais mais lidos no País,

O PLENÁRIO-GERAL DE SÓCIOS DE LISBOA



Capitel
25/10/76

Capitel
25/10/76

Capitel
25/10/76

CONGRESSO DOS SINDICATOS MARCADO PARA JANEIRO

● 289 ORGANIZAÇÕES ESTIVERAM PRESENTES ISOLANDO CLARAMENTE OS DIVISIONISTAS

Representantes de 289 organizações sindicais de todo o País deliberaram ontem, em reunião geral de sindicatos realizada nas instalações da FIL, marcar para os dias 27, 28, 29 e 30 de Janeiro o Congresso de Todos os Sindicatos, aprovando ao mesmo tempo o respectivo regulamento com

base no projecto elaborado pela CNOP e posto à discussão dos trabalhadores durante as últimas semanas.

Na reunião que se prolongou, conforme previsto, por todo o fim-de-semana, delegados de 224 sindicatos e de diversas outras estruturas do Movimento Sindical

Unitário, elegeram também a Comissão Nacional Organizadora do Congresso, composta por 35 organizações, entre as quais se encontram subscritores da chamada «Carta Aberta».

Os trabalhos da RGS, preparados por muitas centenas de milhares de trabalhadores de todo o País, em perto de duas mil reuniões realizadas ao nível de empresas, localidades e sindicatos, decorreram num clima caracterizado «por uma grande vivacidade nas intervenções; as quais se centraram em dois grandes pontos: necessidade de defender a unidade do

Movimento Sindical e reforço da Intersindical - Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses; e apoio ao projecto de regulamento do Congresso, apresentado pela CNOP» - lê-se num comunicado distribuído no final dos trabalhos.

Duzendos e vinte e quatro sindicatos, dos quais 62 não estão filiados na central única dos trabalhadores portugueses, fizeram-se representar na reunião que, segundo a Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso, representa «sem a mínima sombra de dúvida», o «isolamento a que os trabalhadores portugueses estão a votar todas aquelas forças que pretendem instalar no Movimento Sindical Português o divisionismo e abrir dessa forma as portas ao enfraquecimento da força organizada dos trabalhadores».

Vinte e nove direcções sindicais que haviam subscrito a chamada «Carta Aberta» tomaram parte na reunião.

Pág. 24

Representantes de 289 organizações sindicais de todo o país deliberaram ontem, em termo da reunião geral de sindicatos que se realizou nas instalações da FIL durante todo o fim-de-semana, marcar para os próximos dias 27, 28, 29 e 30 de Janeiro, a realização do Congresso de Todos os Sindicatos, ao mesmo tempo que aprovaram o respectivo regulamento e elegeram a Comissão Nacional Organizadora.

Participaram nos trabalhos da reunião delegações de 224 sindicatos, dos quais 62 não estão filiados na Intersindical, 16 uniões distritais, 10 secções sindicais, 15 delegações, 3 uniões locais e 12 federações, representando cerca de um milhão e 600 mil trabalhadores.

Segundo um comunicado da Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso, divulgado no final dos trabalhos, a «extraordinária assistência a esta reunião geral representa, sem sombra de dúvidas, o isolamento a que os trabalhadores portugueses estão a votar todas aquelas forças que pretendem instalar no Movimento Sindical português o divisionismo», e resultou directamente do «extraordinário esforço de mobilização desenvolvido pelas comissões dinamizadoras distritais» que, no espaço de cerca de um mês, levaram a efeito, em todos os distritos do País «1422 reuniões de esclarecimento, discussão e participação, na tarefa tão importante como é a da reorganização e reforço da Unidade do Movimento Sindical».

Confirmando o sentido das reuniões realizadas desde a anterior reunião geral de sindicatos, na qual foi eleita a CNOP, a reunião deste fim-de-semana aprovou quase na íntegra (apenas com duas alterações) o projecto de regulamento orientado para a realização de um Congresso de Todos os Sindicatos que possibilite o reforço da «unidade dos trabalhadores» e «a reestruturação da Intersindical Nacional-Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses», facto que representa a derrota das tentativas de «enfraquecimento da força organizada dos trabalhadores», desenvolvidas numa «nítida amnobia de apoio à recuperação capitalista e à travagem da construção democrática da nossa sociedade rumo ao socialismo, expressamente consignada na Constituição da República Portuguesa».

COMPOSIÇÃO DA CNOC

O trabalho de organização do Congresso pertencerá a partir de agora à respectiva Comissão Nacional Organizadora, definitivamente eleita pelos representantes dos sindicatos. Nos termos de uma proposta ontem aprovada, pouco antes do

encerramento dos trabalhos da reunião, o Congresso deverá realizar-se no final de Janeiro, nos dias atrás indicados, podendo, contudo, ser adiado até ao dia 13 de Fevereiro, caso se verifiquem atrasos na sua preparação.

Foram eleitos para a CNOC o secretariado da Intersindical, e as direcções dos seguintes Sindicatos: Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas; Trabalhadores Agrícolas de Évora; Trabalhadores da Indústria de Cerâmica e Cimentos de Coimbra; Trabalhadores do Comércio e Escritórios de Castelo Branco; Trabalhadores do Comércio do Porto; Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras e Mármore de Faro; Construção Civil de Lisboa; Electricistas do Sul; Electricistas do Norte; Bancários do Centro; Ferroviários do Sul; Gráficos do Porto,

Bragança e Vila Real; Operários da Indústria de Calçado, Malas e Afins de Aveiro; Lanifícios de Leiria e Coimbra; Metalúrgicos de Aveiro; Metalúrgicos e Metalomecânicos de Lisboa; Metalúrgicos do Porto; Metalúrgicos de Santarém; Motoristas do Porto; Oficiais da Marinha Mercante; Pescadores de Peniche; Químicos do Centro; Rodoviários de Lisboa; Rodoviários de Setúbal; Têxteis de Braga; Têxteis do Porto; Têxteis do Sul; Trabalhadores de Vestuário, Tinturarias e Lavandarias do Porto; Vidreiros; Construção Civil do Funchal; Indústria Hoteleira de Braga; Panificação de Lisboa; e ainda um sindicato a indicar de entre os sindicatos do arquipélago dos Açores.

Na reunião, em que foram aprovadas por unanimidade

diversos documentos de repúdio pelas medidas que o Governo tem vindo a tomar, principalmente no âmbito da legislação de trabalho, participaram 69 direcções sindicais não filiadas na Inter. Das 58 direcções anunciadas pelos documentos do grupo da chamada «Carta Aberta» como participantes nas reuniões de Coimbra, pelo menos 29 participaram neste fim-de-semana nos trabalhos da reunião geral, obrigadas a tanto pelas deliberações das respectivas assembleias gerais. Destas direcções algumas vieram a ser eleitas para integrarem a CNOC, votando a favor da respectiva proposta. Das direcções do grupo da «carta aberta» que não compareceram constam algumas que não chegaram a promover assembleias gerais para a discussão da posição a assumir face ao Congresso.

RUPTURA DEFINITIVA INTER-CARTA ABERTA?

O CONGRESSO DOS SINDICATOS PORTUGUESES

MARCA DO PARA JANEIRO

Terminou, ontem, nas instalações da FIL a terceira reunião geral de sindicatos portugueses, em que estiveram representados, segundo elementos fornecidos aos órgãos informativos, pelo Departamento de Imprensa da Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso (C.N.O.P.C.) promotora do encontro, 1.584.000 trabalhadores, num total de cerca de 2 milhões de trabalhadores sindicalizados.

EM REUNIÃO DA C.N.O.P.

CONGRESSO DOS SINDICATOS MARCA DO PARA JANEIRO DE 1977

(Continuação da 1.ª página)

Participaram nos trabalhos dirigentes de 224 sindicatos, dos quais estão fiados na Inter 162, além de dirigentes de todas as uniões. Das 59 organizações que têm tomado parte nas reuniões de Carta Aberta, estiveram presentes 29, seis das quais subscreveram a referida carta. Como observadores, assistiram delegados de dois sindicatos.

No final dos trabalhos, foi distribuído aos jornalistas um comunicado, no qual se anuncia o regulamento do Congresso dos Sindicatos Portugueses foi aprovado, «por esmagadora maioria» após a introdução de ligeiras alterações ao projecto apresentado pela C.N.O.P. e foi eleita a comissão organizadora da C.N.O.C.

O congresso ficou previsto para 27 de Janeiro, em Lisboa tendo a duração de quatro dias.

MOÇÕES E SAUDAÇÕES

Foram ainda aprovadas, por aclamação quatro moções e duas saudações.

Através de uma das moções deliberou-se repudiar o Decreto-Lei sobre despedimentos; alertar os órgãos do poder para a ofensiva de recuperação capitalista que avisa a destruição da nossa democracia; denunciar a «afrentosa violação da Constituição da República que tal Decreto-Lei representa», e manifestar a «firme confiança em que o Conselho da Revolução e o Presidente da República farão cumprir a Constituição, impedindo a promulgação e entrada em vigor de tal Decreto-Lei».

Noutra moção, apresentada pelos sindicatos da construção civil de Faro e de Braga, são denunciadas a acção das forças reaccionárias, comandada pela CAP e pela CIP, e a apatia do Governo e, nalguns casos a cumplicidade dos tribunais; e manifestada solidariedade para com os trabalhadores que têm sido alvo de repressão.

O secretariado da Federação dos Sindicatos das Indústrias de Panificação, Produtos Alimentares e Afins viu também aprovada a sua moção de repúdio pela recuperação capitalista do Governo e sobretudo do Ministério do Trabalho e de solidariedade e apoio para com os trabalhadores da panificação.

Os «sócios das quartas-feiras do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas» (Sindicato mentor do grupo «Carta Aberta») — enviaram um documento, com mais de 2 mil assinaturas, apoiando a realização do congresso.

Por seu turno, o conselho de trabalhadores da Robalac enviou uma saudação a todos os sindicatos presentes na reunião.

Foi revelado ainda que, no segundo ponto da ordem de trabalhos, eleição da comissão nacional organizadora provisória, foram apresentadas duas listas, uma da CNOP e outra por alguns sindicatos, sendo esta última rejeitada. Nesta comissão não consta nenhum sindicato com vinculações decisivas na «Carta Aberta».

Um balanço da actividade e das principais conclusões dessa reunião geral será dada a conhecer em conferência de Imprensa, que será concedida pelos representantes da CNOP amanhã, terça-

-feira, dia 26, por volta das 9 horas.

Segundo um comunicado distribuído no início da tarde de ontem, onde é feito balanço do primeiro dia, foi aprovado, na generalidade, o projecto de regulamento do congresso apresentado pela CNOP. A votação, segundo esse comunicado, foi 1460 a favor, 34 contra e 64 abstenções.

«Cada voto é proporcional a mil trabalhadores representados», acrescenta o comunicado.

O mesmo documento informa ainda que das 59 organizações que têm vindo a participar, às reuniões da «carta aberta», estão presentes no encontro geral 29, sendo que 6 subscreveram o documento «carta aberta».

Os trabalhos do primeiro dia do plenário caracterizaram-se por uma grande vivacidade das intervenções as quais se concentraram em dois pontos: necessidade de defender a unidade do movimento sindical, bem como a reestruturação e reforço da Intersindical (Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses) e apoio ao projecto de regulamento do congresso pelo CNOP.

CONSTITUIÇÃO DA C.N.O.P.

Com três votos contra e 14 abstenções, foi votada a seguinte Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso, constituída por

representantes dos sindicatos: Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas; Trabalhadores Agrícolas de Évora; Trabalhadores da Indústria de Cerâmica e Cimentos de Coimbra; Trabalhadores do Comércio e Escritórios de Castelo Branco; Trabalhadores do Comércio do Porto; Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras e Mármore de Faro; Trabalhadores da Construção Civil de Lisboa; Trabalhadores Electricistas do Sul; Trabalhadores Electricistas do Norte; Trabalhadores Bancários do Centro; Ferroviários do Sul; Trabalhadores Gráficos do Porto, Bragança e Vila Real; Operários da Indústria de Calçado, Malas e Afins de Aveiro; Lanifícios de Leiria e Coimbra; Metalúrgicos de Aveiro; Operários Metalúrgicos e Metal-Mecânicos de Lisboa; Indústria Metalúrgica do Porto; Metalúrgicos de Santarém; Metalúrgicos de Setúbal; Motoristas do Porto; Capitães, Oficiais, Pilotos, Comissários e Radiotécnicos da Marinha Mercante; Pescadores de Peniche; Indústria Química do Centro; Transportes Rodoviários de Lisboa; Transportes Rodoviários de Setúbal; Têxteis de Braga; Trabalhadores Têxteis do Porto; Trabalhadores Têxteis do Sul; Trabalhadores do Vestuário, Tinturarias e Lavandarias do Porto; Vidreiros; Construção Civil do Funchal; Indústria de Hotelaria de Braga; Trabalhadores de Panificação de Lisboa; um sindicato a indicar por sindicatos dos Açores; Secretariado da Intersindical.



Um total de 289 estruturas sindicais participaram no plenário da FIL em que foi aprovado o regulamento do Congresso dos Sindicatos e constituída a Comissão Nacional Organizadora

(Foto «D.N.» — António Aguilar)

O Congresso dos Sindicatos realiza-se de 27 a 30 de Janeiro

O plenário de 224 sindicatos reunido, no fim-de-semana, em Lisboa, marcou para 27, 28, 29 e 30 de Janeiro o Congresso dos Sindicatos, cujo projecto, apresentado pela Inter-sindical, foi aprovado com ligeiras alterações. A comissão Nacional Organizadora do Congresso será formada por 36 sindicatos, entre os quais figuram dez não filiadas na «Inter» e dois que integraram a comissão de redacção da «Carta Aberta».

A CNOC cabe, agora, a elaboração das teses que serão discutidas pelos trabalhadores num prazo de 60 dias, portanto, antes da data do Congresso. Caso se verifiquem atrasos na elaboração dos documentos, a CNOC está mandatada para poder adiar a realização do Congresso até ao limite máximo de 13 de Fevereiro.

A Reunião Geral dos Sindicatos, iniciada na manhã de sábado e terminada ao fim da tarde de ontem, contou com a participação de 224 sindicatos, 16 uniões distritais, três uniões locais, 12 federações, 15 delegações e 10 secções sindicais, num total de 289 estruturas sindicais, que representam um milhão e seiscentos, dois milhões de trabalhadores portugueses sindicalizados.

Participaram, também, 19 organizações sindicais da Madeira e Açores, metade das existentes naqueles arquipélagos.

Dos sindicatos presentes, 29 participaram nas reuniões da «Carta Aberta», tendo seis deles

subscrito o referido documento.

Para a Comissão Provisória «extraordinária assistência a esta reunião geral representa (...) o isolamento a que os trabalhadores portugueses estão a votar todos aqueles que pretendem instalar o divisionismo no movimento sindical português e abrir (...) as portas ao enfraquecimento da força organizada dos trabalhadores, numa nítida manobra de apoio à recuperação capitalista e à travagem da construção democrática da nossa sociedade rumo ao socialismo, expressamente consignada na Constituição.

Apenas três votos contra o regulamento

O primeiro dia de trabalhos da Reunião Geral terminou com a aprovação, na generalidade, do projecto de regulamento do Congresso.

Segundo um comunicado da CNOC, que ocupou a mesa de presidência das duas sessões, os trabalhos do primeiro dia caracterizaram-se por uma grande vivacidade das intervenções, as quais se centraram em dois pontos: necessidade de defender a unidade do movimento sindical, bem como a reestruturação e reforço da Inter-sindical e apoio ao projecto de regulamento.

No segundo dia, os participantes ocuparam-se com a discussão, na especialidade, do referido projecto, que foi aprovado apenas com ligeiras alterações. Não foram consideradas as alternativas oportunamente propostas pelos sindicatos dos Têxteis do Sul, Rodoviários de Setúbal e Ourivesaria do Sul.

Na votação final, apenas se registaram três votos contra,

Seguidamente, foi eleita a CNOC, à qual caberá elaborar as teses do Congresso, que serão, entretanto discutidas pelos trabalhadores num período de 60 dias, após a sua distribuição pelas organizações sindicais.

36 Sindicatos na CNOC

A Comissão Nacional Organizadora do Congresso passa a ser composta, em definitivo, por 36 sindicatos de todas as regiões do País. Destes fazem parte 10 organizações não filiadas na Inter-sindical, incluindo duas que integraram a Comissão de Redacção da «Carta Aberta».

De assinalar a inclusão do Secretariado da Inter na CNOC, ponto muito contestado pelos sindicatos da «Carta Aberta» e que fazia parte das «garantias de democraticidade exigíveis para a realização do Congresso».

Para além do secretariado da Inter, integram-se na CNOC os Sindicatos seguintes: Construção Civil de Lisboa; Metalúrgicos de Lisboa; Têxteis do Sul; Rodoviários de Lisboa; Químicos do Centro e Sul; Electricistas do Sul; Capitães e Oficiais Nauticos e Comissários e Radiotécnicos da Marinha Mercante; Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca; Comércio do Porto; Metalúrgicos do Porto; Têxteis do Porto; Vestuário do Porto; Motoristas do Porto; Electricistas do Porto; Gráficos do Porto; Bancários do Centro; Cerâmicos de Coimbra; Metalúrgicos de Setúbal; Rodoviários de Setúbal; Ferroviários do Sul; Metalúrgicos de Aveiro; Calçado e Meias de Aveiro; Vidreiros (Sindicato de âmbito nacional); Lanifícios de Leiria e Coimbra; Pescadores de Peniche; Metalúrgicos de Santarém; Escritórios de Castelo Branco; Têxteis de Braga; Hotelaria de Faro; Construção Civil de Faro; Agrícola de Évora; Panificação de Lisboa; Construção Civil do Funchal, e, finalmente, um sindicato dos Açores, em representação do arquipélago, a eleger oportunamente.

POSIÇÃO PERANTE O CONGRESSO:

REFERENDO AOS TRABALHADORES DOS ESCRITÓRIOS EM 18 DE NOVEMBRO

D. Regular
25/10/76

O conselho fiscalizador do Sindicato dos Escritórios do Distrito de Lisboa anunciou há dias, em conferência de imprensa, a realização, em 18 de Novembro de uma assembleia geral de voto para referendar o relatório da direcção, o qual, por motivos já amplamente noticiados, não chegou a ser discutido na agitada assembleia do passado dia 14.

Um porta-voz daquela estrutura sindical António Janeiro, justificando a medida que acabara de anunciar, apresentou a sua versão dos acontecimentos:

«Após a leitura do relatório da direcção, o resultado das votações que se lhe seguiram foi vivamente contestado por uma parte da assembleia.

«A dada altura foi requerida a intervenção deste conselho fiscalizador na arbitragem do conflito. Dada a impossibilidade da mediação do conflito existente, facto que foi bem vincado pelo porta-voz do conselho fiscalizador, o mesmo propôs verbalmente, que a austeridade à classe se fizesse por voto secreto e directo em assembleia geral expressamente convocada (Art.º 36.º § 1.º).

«Imediatamente se fez ouvir em todo o pavilhão, uma estrondosa e demorada ovação, sublinhada por gritos de «apoio», o que demonstrou que a maioria dos sócios presentes pretendia que a sua vontade fosse ouvida sem distúrbios. No entanto, também surgiram protestos a esta proposta do conselho fiscalizador, protestos esses que geraram tal confusão na assembleia que a mesa se viu obrigada a dar por encerrados os trabalhos, dado não existirem as condições mínimas necessárias ao seu prosseguimento.»

Noutra passagem da sua intervenção, disse:

«Nós entendemos que está em causa uma das linhas apontadas no programa de acção da direcção que defende, claramente, uma central sindical única que assegure uma estrutura democrática e independente, características, que a

actual Inter-sindical não possui.

«A alteração a uma linha programática de fundo, deverá processar-se, rigorosamente, sob o mesmo processo, que conduziu à aprovação do programa.

«Portanto, na sequência da sugestão apresentada pelo porta-voz do conselho fiscalizador na assembleia geral do dia 14 do corrente, será assegurado à classe, um referendo que funcionará, rigorosamente, nos mesmos conceitos, durante o mesmo período e por idêntico processo, ao do acto eleitoral, isto é, por voto directo e secreto.»

E terminou, garantindo:

«O Conselho fiscalizador assegura à classe que fiscalizará o referendo e garante que a vontade dos sócios será ouvida e respeitada.»

CONTESTAÇÃO AO REFERENDO

Entretanto, os sócios que haviam requerido a assembleia do passado dia 14 divulgaram um comunicado exigindo da mesa da Assembleia Geral a continuação da reunião interrompida, «a fim de discutirmos e encontrarmos, democraticamente, as respostas aos nossos anseios».

Os trabalhadores subscritores do comunicado manifestam a sua oposição ao referendo anunciado para o dia 18, pois, segundo afirmam, ele vai ser feito «sem qualquer discussão, e se as abstenções contarem a favor, faz-nos lembrar práticas que todos nós queremos esquecer».

O CONGRESSO DOS SINDICATOS FOI MARCADO PARA JANEIRO

O Congresso dos Sindicatos foi marcado para os dias 27, 28, 29 e 30 de Janeiro do próximo ano, de acordo com uma decisão tomada na Reunião Geral dos Sindicatos, que se realizou nas instalações da F. I. L., em Lisboa, no último fim de semana. Nesta reunião, em que participaram representantes de 289 organizações sindicais, foi também votado o regulamento do congresso e eleita a respectiva Comissão Nacional Organizadora (C. N. O. C.).

Nos termos de um comunicado da C. N. O. P. (Comissão Nacional Organizadora Provisória) distribuído no final da reunião, os trabalhos decorreram num clima caracterizado «por uma grande vivacidade nas intervenções, as quais se centraram em dois grandes pontos: necessidade de defender a unidade do Movimento sindical e reforço da Intersindical — Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses; e apoio ao projecto de regulamento do congresso apresentado pela C. N. O. P. (que presidiu aos trabalhos)».

As 289 organizações sindicais presentes nesta reunião representavam cerca de um milhão e 600 mil do total de cerca de dois milhões de trabalhadores sindicalizados. Desse número fazem parte 224 sindicatos, dos quais 162 são filiados na Intersindical e 62 não filiados, incluindo também 29 dos que têm participado nas reuniões da chamada «Carta Aberta» e seis de entre os que subscreveram o citado documento; estiveram, também, presentes 19 organizações sindicais da Madeira e dos Açores, «exactamente metade das existentes com tal âmbito territorial», segundo o comunicado a que temos feito referência e, ainda, 16 uniões distritais, 10 secções, 15 delegações, 3 uniões locais e 12 federações.

Uma vez decidida a data de realização do congresso, cabe agora à C. N. O. C. elaborar teses que nele irão ser discutidas, devendo cumprir essa missão no prazo de 60 dias. Já, porém, esse prazo não puder ser respeitado, a comissão está mandatada para adiar a realização do congresso até à data limite de 13 de Fevereiro.

O projecto de regulamento do congresso, que foi apresentado pela Comissão Nacional Organizadora Provisória, mereceu aprovação quase unânime, com apenas três votos contra e duas alterações.

Quanto à eleição da Comissão Organizadora (definitiva), venceu também a lista proposta pela C. N. O. P. (em alternativa a outra, apresentada por alguns sindicatos), ficando assim constituída:

«Secretariado da Intersindical; Sindicatos: Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca; Trabalhadores Agrícolas de Évora; Trabalhadores da Indústria de Cerâmica e Cimentos de Coimbra; Trabalhadores do Comércio e Escritórios de Castelo Branco; Trabalhadores do Comércio do Porto; Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras e Mármore de Faro; Construção Civil de Lisboa; Electricistas do Sul; Electricistas do Norte; Bancários do Centro; Ferrovários do Sul; Gráficos do Porto, Bragança e Vila Real; Operários da Indústria do Calçado, Malas e Afins de Aveiro; Lanificios de Leiria e Coimbra; Metalúrgicos de Aveiro; Metalúrgicos e Metalomecânicos da Lisboa; Metalúrgicos do

Porto; Metalúrgicos de Santarém; Metalúrgicos de Setúbal; Motoristas do Porto; Oficiais da Marinha Mercante; Pescadores de Peniche; Químicos do Centro; Rodoviários de Lisboa; Rodoviários de Setúbal; Têxteis de Braga; Têxteis do Porto; Têxteis do Sul; Trabalhadores do Vestuário, Tinturarias e Lavandarias do Porto; Vidreiros; Construção Civil do Funchal; Indústria Hoteleira de Braga; Panificação de Lisboa; e ainda um sindicato a indicar de entre os sindicatos do arquipélago dos Açores.»

«REFORÇO DO MOVIMENTO SINDICAL»

Verifica-se, portanto, que desta lista de 36 organizações sindicais, representando todo o país, constam dez que não se encontram filiadas na Intersindical e duas das que subscreveram a «Carta Aberta».

O balanço final da actividade e das principais conclusões da Reunião Geral dos Sindicatos será feito amanhã pela C. N. O. P., no decorrer de uma conferência de Imprensa. Entretanto, no comunicado a que já fizemos referência, são desdidas já anotadas as seguintes considerações:

«A extraordinária assistência a essa reunião geral representa (...) o isolamento a que trabalhadores portugueses estão a votar todas aquelas que pretendem instalar no movimento sindical português o di-

visionismo e abrir (...) as portas ao enfraquecimento da força organizada dos trabalhadores, numa nítida manobra de apoio à recuperação capitalista e à travagem da construção democrática da nossa sociedade rumo ao socialismo expressamente consignada na Constituição da República Portuguesa (...)

«Representa o esforço de mobilização desenvolvido pelas diversas comissões dinamizadoras distritais, que, no curto espaço de um mês, levaram a

O CONFLITO NAS MINAS DA PANASQUEIRA

A situação dos mineiros cabo-verdeanos, alojados no campo militar de Santa Margarida, na sequência dos acontecimentos ocorridos nas minas da Panasqueira, será resolvida caso por caso.

O director-geral dos Assuntos Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República de Cabo Verde encontra-se em Lisboa para contribuir para a resolução do conflito. Segundo se julga saber e decorre, aliás, das declarações emitidas a propósito pelos responsáveis do Ministério dos Negócios Estrangeiros portugueses só regressarão a Cabo Verde os mineiros que desejarem. Os restantes (presume-se que a grande maioria) retornarão à actividade nas Minas da Panasqueira, ou noutro local.

efeito em todos os distritos do nosso país 1422 reuniões de esclarecimento, discussão e participação na tarefa que é a da reorganização e reforço da unidade do movimento sindical.»

OS PROFESSORES DO NORTE RECUSAM A INTERSINDICAL NO CONGRESSO

Os professores da zona norte decidiram, numa assembleia-geral extraordinária, ontem realizada, no Pavilhão das Antas, não participar no Congresso dos Sindicatos sem garantias de democraticidade e não aceitar o Secretariado da Intersindical, «mesmo nos trabalhos preparatórios do congresso».

O ponto único da agenda de trabalhos da referida reunião incidia sobre a participação do respectivo sindicato no próximo congresso.

REPÚDIO PELA ACTUAÇÃO DOS DIRIGENTES DO SINDICATO DOS ESCRITÓRIOS

Relativamente à actuação da mesa que dirigiu os trabalhos da assembleia do Sindicato dos Escritórios do Sul, realizada no dia 14, trabalhadores de escritório empregados no Sindicato dos Técnicos de Desenho emitiram um comunicado de repúdio pela actuação dos dirigentes naquela reunião. Neste comunicado, a mesa da assembleia geral é acusada de golpismo e divisionismo.

PROFESSORES DA ZONA NORTE CONTRA A INTER

NÃO AO CONGRESSO ADESÃO À CARTA ABERTA

ERANKS
25/10/76

Na sequência da assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Professores da Zona Norte, que teve lugar no sábado à noite no pavilhão das Antas, prolongando-se pela madrugada de ontem, a direcção daquele sindicato deu ontem, na sua sede, uma conferência de Imprensa, para transmitir aos órgãos da Comunicação as decisões tomadas naquela assembleia geral e que, dado o adiantado da hora a que terminou, não nos foi possível incluir na nossa edição de ontem. Aliás, a mesa da assembleia tinha decidido, no início dos trabalhos, que a assembleia terminasse os seus poderes deliberativos à 1 hora da manhã de ontem, o que impossibilitou tomar conhecimento em tempo oportuno, das decisões finais, no respeitante ao candente problema em discussão: adesão ou oposição ao próximo Congresso dos Sindicatos organizado pela Intersindical.

Apesar disso, ainda nos foi possível incluir na nossa edição de ontem, em últimas notícias, que o plenário aprovou por grande maioria, a proposta consubstanciada nos

seguintes pontos: não aceitação do Secretariado da Intersindical nos trabalhos preparatórios do Congresso; e não participação no Congresso sem garantias de democraticidade do mesmo.

No decorrer da conferência de Imprensa promovida pelo Sindicato dos Professores da Zona Norte, foram focados os seguintes pontos:

1—Reforço à Direcção do Sindicato da Zona Norte relativo à posição de actuação que vem a desenvolver. A grande maioria dos professores rejeitou a moção de censura à Direcção por parte dum sector dos professores, dando-lhe o seu apoio e confiança.

2—Aprovação duma proposta relativa ao Congresso dos Sindicatos. Esta proposta, em termos gerais, diz que não é de admitir a participação da direcção no referido Congresso, se em qualquer fase do processo o Secretariado da Intersindical tiver qualquer participação. Neste sentido, o plenário dos professores da Zona Norte decidiu aderir aos princípios da Carta Aberta, vincando a defesa da unidade sindical construída democraticamente. «Para nós, a uni-

dade constrói-se, não se decreta» — afirmaram.

Nesta ordem de ideias, os professores da Zona Norte quiseram sublinhar que participaram na Carta Aberta, embora não como subscritores, porque a constituíram sindicatos eleitos democraticamente e defensores da unidade.

3—Diálogo Sindicato Zona Norte — M.E.I.C. Sobre este ponto, referiu-se que, «na sequência dos pontos de vista do diálogo tido pela direcção do Sindicato dos Professores da Zona Norte e o M.E.I.C., foram obtidos sem demagogia, o que se considera grandes vitórias para a classe, como seja a aceitação, pelo M.E.I.C., da profissionalização».

Ainda sobre este ponto, a direcção sindical revelou que na próxima 5.ª-feira se avisará com o M.E.I.C., em Lisboa, no sentido de se avançar definitivamente para a conclusão do problema das fases e diuturnidades, questão que tem sido levantada, a nível nacional e sobre a qual todas as zonas sindicais se comprometeram a apresentar propostas, a que apenas tem correspondido o Sindicato da Zona Norte.

Pela sua importância, transcrevemos a seguir a proposta aprovada pela grande maioria dos professores da Zona Norte, relativamente ao Congresso dos Sindicatos.

«Considerando que só a unidade sindical assente na base da maior democraticidade, pode interessar aos trabalhadores; considerando que a Intersindical permanece numa atitude golpista a dividir, na prática, os trabalhadores; considerando que só um congresso de todos os sindicatos, preparado e vivido de forma inteiramente democrática, poderá, assegurar a construção da unidade sindical, propomos:

1—Que o Sindicato dos Professores não aceite condições que impossibilitem, na prática, a participação de todos os sindicatos no Congresso, nomeadamente, não aceite a presença do Secretariado da Inter em qualquer fase preparatória do Congresso.

2—Que o Sindicato dos Professores se abstenha de qualquer participação nesse Congresso, se ela, de facto, não der as garantias de ser o Congresso de todos os Sindicatos para a unidade». — L. C.

Congresso dos Sindicatos marcado para Janeiro

Representantes de 289 organizações sindicais de todo o país deliberaram ontem, no termo da reunião geral de sindicatos que se realizou nas instalações da FIL durante todo o fim-de-semana, marcar para os próximos dias 27, 28, 29 e 30 de Janeiro, a realização do Congresso de Todos os Sindicatos, ao mesmo tempo que aprovaram o respectivo regulamento e elegeram a Comissão Nacional Organizadora.

Participaram nos trabalhos da reunião delegações de 224 sindicatos, dos quais 62 não estão filiados na Intersindical, 16 uniões distritais, 10 secções sindicais, 15 delegações, 3 uniões locais e 12 federações, representando cerca de um milhão e 600 mil trabalhadores.

Segundo um comunicado da Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso, divulgado no final dos trabalhos, a «extraordinária assistência a esta reunião geral representa, sem sombra de dúvidas, o isolamento a que os trabalhadores portugueses estão a votar todas aquelas forças que pretendem instalar no Movimento Sindical português o divisionismo», e resultou directamente do «extraordinário esforço de mobilização desenvolvido pelas comissões dinamizadoras distritais» que, no espaço de cerca de um mês, levaram a efeito, em todos os distritos do País «1422 reuniões de esclarecimento, discussão e participação, na tarefa tão importante como é a da reorganização e reforço da Unidade do Movimento Sindical».

Confirmando o sentido das reuniões realizadas desde a anterior reunião geral de sindicatos, na qual foi eleita a CNOP, a reunião deste fim-de-semana aprovou quase na íntegra (apenas com duas alterações) o projecto de regulamento orientado para a realização de um Congresso de Todos os Sindicatos que possibilite o reforço da «unidade dos trabalhadores» e «a reestruturação da Intersindical Nacional-Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses», facto que representa a derrota das tentativas de «enfraquecimento da força organizada dos trabalhadores», desenvolvidas numa «nítida amnória de apoio à recuperação capitalista e à travagem da construção democrática da nossa sociedade rumo ao socialismo, expressamente consignada na Constituição da República Portuguesa».

COMPOSIÇÃO DA CNOC

O trabalho de organização do Congresso pertencerá a partir de agora à respectiva Comissão Nacional Organizadora, definitivamente eleita pelos representantes dos sindicatos. Nos termos de uma proposta ontem aprovada, pouco antes do

encerramento dos trabalhos da reunião, o Congresso deverá realizar-se no final de Janeiro, nos dias atrás indicados, podendo, contudo, ser adiado até ao dia 13 de Fevereiro, caso se verifiquem atrasos na sua preparação.

Foram eleitos para a CNOC o secretariado da Intersindical, e as direcções dos seguintes Sindicatos: Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas; Trabalhadores Agrícolas de Évora; Trabalhadores da Indústria de Cerâmica e Cimentos de Coimbra; Trabalhadores do Comércio e Escritórios de Castelo Branco; Trabalhadores do Comércio do Porto; Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras e Mármore de Faro; Construção Civil de Lisboa; Electricistas do Sul; Electricistas do Norte; Bancários do Centro; Ferroviários do Sul; Gráficos do Porto,

Bragança e Vila Real; Operários da Indústria de Calçado, Malas e Afins de Aveiro; Lanifícios de Leiria e Coimbra; Metalúrgicos de Aveiro; Metalúrgicos e Metalomecânicos de Lisboa; Metalúrgicos do Porto; Metalúrgicos de Santarém; Metalúrgicos de Setúbal; Motoristas do Porto; Oficiais da Marinha Mercante; Pescadores de Peniche; Químicos do Centro; Rodoviários de Lisboa; Rodoviários de Setúbal; Têxteis de Braga; Têxteis do Porto; Têxteis do Sul; Trabalhadores de Vestuário, Tinturarias e Lavandarias do Porto; Vidreiros; Construção Civil do Funchal; Indústria Hoteleira de Braga; Panificação de Lisboa; e ainda um sindicato a indicar de entre os sindicatos do arquipélago dos Açores.

Na reunião, em que foram aprovadas por unanimidade

diversos documentos de repúdio pelas medidas que o Governo tem vindo a tomar, principalmente no âmbito da legislação de trabalho, participaram 69 direcções sindicais não filiadas na Inter. Das 58 direcções anunciadas pelos documentos do grupo da chamada «Carta Aberta» como participantes nas reuniões de Coimbra, pelo menos 29 participaram neste fim-de-semana nos trabalhos da reunião geral, obrigadas a tanto pelas deliberações das respectivas assembleias gerais. Destas direcções algumas vieram a ser eleitas para integrarem a CNOC, votando a favor da respectiva proposta. Das direcções do grupo da «carta aberta» que não compareceram constam algumas que não chegaram a promover assembleias gerais para a discussão da posição a assumir face ao Congresso.

PÁGINA 11

25 OUT. 1976 Lisboa

Reunião geral de Sindicatos

Congresso para Janeiro

Terminou ontem a Reunião Geral dos Sindicatos convocada pela Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso de todos os Sindicatos, onde ficou decidida a realização deste nos dias 27, 28, 29 e 30 de Janeiro de 77, sendo aprovado na generalidade e na especialidade, apenas com duas ligeiras alterações, o projecto de regulamento que havia sido elaborado pelo Secretariado da Inter. Foi também eleita a Comissão Nacional Organizadora do Congresso, cuja constituição não publicamos hoje por falta de espaço.

Nesta reunião estiveram representados 1584000 trabalhadores de um total de 2 milhões de sindicalizados, representados por dirigentes de 224 sindicatos (162 filiados na Inter, 62 não filiados), 16 Uniões Distritais, 10 Secções de Sindicatos, 15 Delegações, 3 Uniões Lo-



cais e 12 Federações. De assinalar que estiveram presentes nesta reunião 29 sindicatos da «Carta Aberta», seis dos quais do Conselho de Redacção, e 19 organizações sindicais da Madeira e dos Açores.

Foram lidas várias saudações, entre as quais destacamos o apoio à realização do Congresso por parte de 2000 bancários do

Sul reunidos no sindicato e do Conselho de Trabalhadores da Robbialac Portuguesa e aprovadas moções de repúdio perante as perseguições de que têm sido vítimas dirigentes sindicais, pelo anunciado decreto-lei sobre despedimento, de apoio à luta dos trabalhadores da Panificação e à Reforma Agrária.

CONGRESSO DOS SINDICATOS

Imat 25/10/72

DE 27 A 30 DE JANEIRO

- Aprovado o regulamento
- Eleita a comissão organizadora

Dirigentes de 224 sindicatos tomaram parte na 3.ª reunião geral promovida pela CNOP (Comissão Nacional Provisória do Congresso), que

desde sábado decorreu nas instalações da FIL. O registo de entrada, de acesso aos trabalhos, dava a conhecer estarem representados 1 584 000 traba-

lhadores de um total de cerca de dois milhões de sindicalizados.

Participaram, também, nos trabalhos, dirigentes das 16 uniões distritais, para além de 12 federações, secções sindicais, uniões locais e delegações num total de 289 organizações sindicais, não incluindo dois sindicatos presentes, como observadores. De salientar que entre a assistência tomaram lugar 19 organizações sindicais sediadas na Madeira e nos Açores.

A tónica das intervenções incidia, de forma ampla, sobre matéria de esclarecimento, discussão e participação que conduza à reorganização e reforço da unidade do movimento sindical, estando marcada para amanhã, às 9 horas, na Inter-sindical, uma conferência de imprensa para divulgar as conclusões da reunião.

A mesa que presidiu aos trabalhos era constituída pela Comissão Nacional, eleita em reunião geral dos sindicatos efectuada em princípios do mês passado, contando 16 elementos. A sessão de ontem, caracterizada por numerosa assistência e vivacidade nas intervenções, registou grande apoio ao projecto de regulamento apresentado pelo CNOP, cuja votação a favor foi de 1460, 33 contra e 64 abstenções (cada voto é proporcional a mil trabalhadores representados).

Um porta-voz do Gabinete de imprensa instalado no recinto, disse ao nosso jornal que os trabalhos decorrentes significavam um extraordinário esforço de mobilização desenvolvido pelas diversas comissões, acrescentando que nos últimos 30 dias haviam realizado em diversos pontos do país 1422 reuniões de esclarecimento.

Entre algumas das saudações chegadas à mesa, salientou uma subscrita por dois mil trabalhadores bancários e outra enviada pelo Conselho de Trabalhadores da Robialac Portuguesa.



CONGRESSO SINDICAL EM JANEIRO

O Congresso dos Sindicatos decorrerá de 27 a 30 de Janeiro do próximo ano — decidiram os dirigentes de 224 organizações sindicais presentes na terceira reunião geral (gravura) e que representavam 1 584 000 trabalhadores.

(LER NOTICIÁRIO NA PÁGINA DOIS)



25 OUT. 1976

Sindicato dos Escritórios de Lisboa

Participação (ou não) no Congresso condicionada por um referendo da classe

Elementos dos corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores de Escritórios do Distrito de Lisboa deram uma conferência de imprensa em que anunciaram que deverá realizar-se no próximo dia 18 de Novembro um referendo dos associados daquele organismo para decidirem, por voto directo e secreto, se a direcção irá ou não participar no Congresso de Sindicatos promovido pelas forças afectas à linha político-sindical da central única.

António Janeiro, do Conselho Fiscalizador do Sindicato, esclareceu que o referendo funcionará rigorosamente nos mesmos contornos que o acto eleitoral (que há meses deu a vitória à lista afecta ao PS) e durante o mesmo espaço de tempo daquele. Só no Pavilhão dos Desportos de Lisboa deverão funcionar 24 assembleias de voto, para além de outras em Alhandra e Torres Vedras. Por seu turno, José Luís Gaspar, membro da direcção, afirmou que, no caso de os trabalhadores optarem pela participação no citado Congresso, "só restará à

direcção submeter-se ou pedir a demissão".

O Sindicato dos Escritórios de Lisboa — subscritor da "Carta Aberta" e firme opositor da prática seguida pela Intersindical — tem ultimamente estado em foco devido à ofensiva desencadeada pelos sectores "unicitários" nos meios sindicais, visando a vinculação de sindicatos democráticos ao que estes denominam o "II Congresso da Intersindical".

No entanto, apesar de algumas tentativas bem sucedidas em vários sindicatos, os "unicitários" fracassaram até agora em dois dos principais bastiões da "linha democrática": os Bancários do Sul e os Escritórios de Lisboa. De facto, no dia anterior tentaram, em vão, boicotar a assembleia-geral dos bancários que veio a dar apoio intransigente à direcção na defesa dos princípios da "Carta Aberta" (e há provas documentais de que orquestraram o boicote), os "unicitários" viram malograr-se, no passado dia 14, os esforços que desenvolviam para vincular o Sindicato dos Escritórios ao Congresso da

Inter". A assembleia geral então realizada teve de ser encerrada sem que tivessem sido tomadas decisões acerca da participação da direcção no citado Congresso, dado que o clima de exaltação reinante na sala a isso obrigou a mesa que conduziu os trabalhos. Na origem dos incidentes esteve uma proposta verbal de um elemento do Conselho Fiscalizador (contestada pelos "unicitários") segundo a qual a classe deveria ser auscultada acerca do assunto em discussão, por voto secreto e directo em assembleia geral expressamente convocada para o efeito (art. 36.º parágrafo 1.º). A intervenção daquele Conselho fora requerida, atendendo à controvérsia levantada pelas primeiras votações, por braço no ar, do relatório apresentado pela direcção.

Concretizando a proposta então formulada que não chegou a ser votada devido aos incidentes registados, está agora fixada a data do referendo, por voto secreto, considerado pelos corpos gerentes como a melhor forma de os trabalhadores se expressarem livremente e sem pressões. No entanto, os subscritores da convocatória da assembleia de dia 14 — os referidos "unicitários" — divulgaram um comunicado em que "exigem" a continuação da reunião suspensa e se opõem ao referendo, afirmando que ele será feito sem qualquer discussão prévia do problema que será votado.

Capital 25/10/76

No sentido de esclarecer os trabalhadores da sua posição quanto ao Congresso dos Sindicatos, o Secretariado Nacional do S.N.T.C.T. (Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações) divulgou um comunicado em que denuncia o projecto de regulamento apresentado pelo Secretariado da Intersindical, como apontando para um congresso de cúpulas (...) pondo-se ao lado da "Carta Aberta" que nas suas resoluções de Coimbra apontava na mesma direcção. Depois de várias críticas, o Secretariado Nacional do S.N.T.C.T. reafirma que a sua saída da "Carta Aberta" apenas reflecte o receio de ver traídos os objectivos por que se bate, e não

significa uma adesão à Intersindical, cuja decisão, aliás, pertenceria sempre aos trabalhadores.

25 OUT. 1976

DESPEDIMENTOS COM JUSTA CAUSA REGULAMENTADOS PELA LEI

Acaba de ser publicada no «Diário da República» a Lei que regulamenta a questão dos despedimentos, da qual respigamos:

Artigo 9.º — 1. São proibidos os despedimentos sem justa causa, ou por motivos políticos ou ideológicos.

2. Verificando-se justa causa, o trabalhador pode ser despedido, quer o contrato tenha prazo quer não.

Artigo 10.º — 1. Considera-se justa causa o comportamento culposos do trabalhador que, pela sua gravidade e consequência, torne imediata e praticamente impossível a subsistência da relação de trabalho.

2. Constituirão, nomeada-

mente os seguintes comportamentos do trabalhador:

a) Desobediência ilegítima às ordens dadas por responsáveis hierárquicos superiores;

b) violação de direitos e garantias de trabalhadores da empresa;

c) provocação repetida de conflitos com outros trabalhadores da empresa;

d) desinteresse repetido pelo cumprimento, com a diligência devida, das obrigações inerentes ao exercício do cargo ou posto de trabalho que lhe esteja confiado;

e) a lesão de interesses

(CONTINUA NA 2.ª PAG.)

COMISSÃO DINAMIZADORA DISTRITAL DE SETUBAL MOÇÃO

De
25/10/76

Os trabalhadores ferroviários do Sul, reunidos em assembleia geral no dia 18/10/76 para discussão do projecto de regulamento e posição face ao congresso dos sindicatos:

Congratulam-se pela tomada de posição dos camaradas ferroviários do Norte, visando o reforço da unidade sindical em torno duma central sindical única, através da ratificação da assembleia geral das posições anteriormente assumidas em plenários, que levaram à adoção das manobras divisionistas no seio do movimento sindical, pelas quais pretende a classe trabalhadora restaurar as suas estruturas, desarmando os trabalhadores. Ao apelo à participação activa nos trabalhos preparatórios do congresso, apoiando a Comissão Nacional Organizadora Provisória e à aprovação do texto inicial do secretariado da Intersindical, com rejeição de todas as alternativas.

UNIDADE NO TRABALHO CONTRA O CAPITAL
UNIDOS VENCEREMOS

Barreiro, 18 de Outubro de 1976

Aprovada por maioria.

Comissão Dinamizadora Distrital de Setúbal

MOÇÃO

Tendo em conta a confusão e divisão que as forças capitalistas e seus lacaios estão a lançar no seio dos trabalhadores.

Os trabalhadores ferroviários do Sul reunidos em assembleia geral extraordinária para discussão e aprovação do regulamento para o congresso de todos os sindicatos portugueses, apelam para que:

1.º Lutemos para que o congresso dos sindicatos se torne uma realidade.

2.º Apoiemos total e incondicionalmente a comissão nacional organizadora provisória.

3.º Lutemos pela central sindical única.

4.º Responsabilizemos as direcções sindicais que de qualquer maneira tentem boicotar o congresso, pelo divisionismo daí resultante no meio sindical e consequentemente nas massas trabalhadoras, que delas possam advir.

5.º Repudiemos e combatamos todas as forças divisionistas, acoitem-se elas ou não na intitulada «Carta Aberta».

6.º Repudiemos energeticamente a formação de uma nova central sindical e canalizemos o nosso total apoio à Central Única dos trabalhadores portugueses — a Intersindical.

VIVA A UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES PORTUGUESES

Barreiro, 18 de Outubro de 1976

DESPEDIMENTOS COM JUSTA CAUSA

(Continuação da 1.ª pag.)

patrimoniais sérios da empresa, nomeadamente o furto, retenção ilícita, desvio, destruição ou depredação intencional de bens pertencentes à empresa;

f) prática intencional de actos lesivos da economia nacional;

g) faltas não justificadas ao trabalho que determinem directamente prejuízos ou riscos graves para a empresa, ou independentemente de qualquer prejuízo ou risco, quando o número de faltas injustificadas atingir, em cada ano, cinco seguidas ou dez interrompidas;

h) Falta culposa da observância de normas de higiene e segurança no trabalho;

i) prática de violências físicas, de injúrias ou outras ofensas punidas por lei sobre trabalhadores da empresa, elementos dos corpos sociais ou sobre a entidade patronal individual não pertencente aos mesmos órgãos, seus delegados ou representantes;

j) sequestro e em geral crimes contra a liberdade das pessoas referidas na alínea anterior;

l) incumprimento ou oposição ao cumprimento de decisões judiciais, ou actos administrativos definitivos e executórios;

m) reduções anormais da produtividade do trabalhador;

n) falsas declarações relativas à justificação de faltas.

3. No caso das alíneas d), h), m), e n) do número anterior a entidade patronal só poderá despedir os trabalhadores que tenham incorrido nas respectivas infracções, desde que substi-

tua imediatamente o trabalhador despedido, por outro em situação de desemprego e nas mesmas condições contratuais.

Artigo 11.º — 1. Nos casos referidos nas alíneas a), d), e), g), i), j), l), e n) do n.º 2 do artigo anterior, o despedimento será precedido de uma averiguação oral e sumária dos comportamentos em causa e das circunstâncias que o rodearam, ouvido sempre o trabalhador interessado na presença de duas testemunhas devendo ser comunicado por escrito ao trabalhador a decisão final.

2. Os casos não contemplados no número antecedente, a averiguação dos motivos revestirá a forma de processo disciplinar, o qual será escrito e conterá obrigatoriamente a audição do trabalhador através da entrega ao mesmo de uma nota de culpas com a descrição dos comportamentos que lhe são imputados, bem como a realização das diligências por ele requeridas e outras que se mostrem razoavelmente necessárias para o esclarecimento da verdade devendo ainda obedecer as regras constantes dos seguintes números 3, 4 e 5.

3. Quando o processo estiver completo será presente, conforme os casos, à comissão de trabalhadores, à comissão intersindicatos, à comissão sindical ou ao delegado sindical sempre que existam, e pela indicada ordem de preferência, ou ao sindicato respectivo, nas empresas em que não existir qualquer daquelas entidades, que a deverão pronunciar no prazo de oito dias.

4. A entidade patronal, os seus representantes, e aqueles ou aqueles pelos mesmos designados como instrutores do processo disciplinar, deverão ponderar todas as circunstâncias, fundamentar a decisão a referenciar na mesma as razões aduzidas pela entidade mencionada no número anterior que se tiver pronunciado.

5. A decisão só pode ser proferida decorridos dez dias sobre o termo do prazo fixado no antecedente n.º 3 e deve ser comunicada por escrito ao trabalhador interessado dela devendo cons-

Nunca, neste conselho, mas, depois, até sobejando, não fosse em abundância, embora, no primeiro dia, o pão nunca faltou, pois em Gondomar, tal, cobria o país inteiro, dizer que a greve era geral, para «empolgar» a questão, fartavam-se em das padarias, mas alguns não atingiu sequer metade. A greve não foi geral.

SINDICATOS DE ANGRA (Açores): «LUTAR COM TODAS AS FORÇAS PARA ESTARMOS LIGADOS ÀS LUTAS DO CONTINENTE»

PROFESSORES DO NORTE REJEITAM SECRETARIADO DA INTER

♦ PARA BREVE A APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA CLASSE

A direcção do Sindicato dos Professores da Zona Norte, com a presença de representantes dos distritos do Porto, Braga e Bragança, deu ontem conferência de imprensa na sede do sindicato.

Criticada na assembleia extraordinária que, na véspera, se realizou no Pavilhão das Antas, pela sua política relativamente ao Congresso dos Sindicatos, a direcção distribuiu aos jornalistas um comunicado lido nessa assembleia, em que se «denuncia uma minoria, orquestrada, comandada e dirigida por forças extra-sindicais (confrontem-se os textos do sr deputado Vital Moreira e moções de algumas escolas e executivos e encontrar-se a nitido paralelismo), uma minoria, que vem agindo de modo a dividir a classe, que vê preteridos os seus verdadeiros interesses por posições demagógicas e sectárias, apresentadas depois como posição das escolas».

E acrescenta-se: «Denunciamos o modo como se vem processando a actuação dessa minoria: como se de expressão das escolas se tratasse, são forjadas moções e propostas e difundidas deliberações, tudo encapotado por reuniões que não foram estatutariamente convocadas. Na ausência da maioria dos professores; em horas que não se sabe quais; com a presença de não se sabe quem, reúnem e deliberam em nome de todos».

Também foi distribuída a cópia de uma proposta aprovada por maioria na assembleia das Antas, em que se preconiza que o Sindicato dos Professores «não aceite condições, para o Congresso dos Sindicatos, que impossibilitem na prática, a participação de todos os sindicatos no Congresso, e que nomeadamente não aceite a presença do Secretariado da Inter em qualquer fase preparatória do Congresso». Propõe-se, ainda, nesse documento, «que o sindicato se abstenha de qualquer participação nesse congresso se ele, de facto, não der garantias de ser o congresso de todos os sindicatos para a unidade».

Vários membros da direcção do sindicato deram esclarecimentos aos jornalistas sobre aqueles e outros problemas. A Zona Norte — disse um deles — está resolvida a dialogar com as outras três zonas do continente, mas desde que esse diálogo não atrase a resolução do problema, particularmente o diálogo com o MEIC. Para nós os problemas de sector não podem ser convenientemente resolvidos sem o ser o que consideramos o problema fundamental: o do Estatuto do Professor, acerca do qual se anunciou que o MEIC estava prestes a tomar importante

resolução. Disseram que também não aceitavam resoluções a nível de executivos, nada devendo ser resolvido acerca dos professores sem prévio debate pela classe.

Foi abordado o problema dos professores primários agregados, que deixam de receber vencimentos a partir de 1 de Outubro se não estiverem a trabalhar, ao passo que um decreto de Agosto deste ano dá aos professores agregados do ensino secundário o direito de receberem vencimentos de 1 de Outubro, mesmo que não estejam empregados. Ora esta disparidade prejudica e ofende centenas de professores que estiveram empregados no ano passado e agora ficam desempregados e sem remuneração. Acresce, para maior injustiça, que esse direito é concedido aos agregados do secundário, mesmo sem habilitações, e negado aos agregados do primário, mesmo quando profissionalizados. O sindicato protestou já contra esta injustiça, mas o MEIC hesita ainda quanto à melhor maneira de resolver o problema.

Foi também comunicado que, através do sindicato, o sector pré-primário reclamou do MEIC o reconhecimento oficial dos diplomas das educadoras da infância lá formadas nas escolas particulares, a passagem do pré-primário dependente do MAS para o MEIC e a criação do ensino pré-primário oficial. Foi ainda apresentado ao MEIC um caderno reivindicativo dos educadores da infância em que se propõe a promoção das auxiliares de educadoras de infância através de um curso de cerca de um ano, a educadoras da infância.

* Lisboa participa

A Direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa reuniu e decidiu participar na reunião geral de sindicatos destinada a preparar o Congresso, a qual tem lugar este fim-de-semana.

Anteontem, na Assembleia Geral de Professores, onde foi aprovado, na íntegra, o projecto de regulamento do Congresso dos Sindicatos elaborado pela CNOF, pretendeu-se, através duma moção, vincular a Direcção a estar presente na Reunião Geral deste fim-de-semana. Contudo, a Direcção, alegando que aquele ponto não estava na agenda de trabalhos da Assembleia, não se sentiu obrigada a participar na Reunião Geral, pelo que só ontem a questão foi decidida.

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa participará, pois, na Reunião Geral dos Sindicatos em luta pela unidade do movimento sindical.

A União dos Sindicatos de Angra do Heroísmo divulgou, agora, a sua posição perante o Governo Regional dos Açores. Essa tomada de posição foi expressa pela União dos Sindicatos, no decorrer de uma reunião, em Angra do Heroísmo, presidida pelo chefe do Governo Regional, dr. João Bosco Mota Amaral. Na oportunidade afirmou em nome da União, um dirigente sindical:

«Fomos marginalizados durante todos estes anos. Foram os governos fascistas de Salazar e Caetano, nos quais não podemos também deixar esquecer que algumas das pessoas que viviam e vivem nestas ilhas fizeram parte desses mesmos governos e hoje são as mesmas que fazem parte do jovem Governo Regional dos Açores. Os trabalhadores deste distrito têm dado provas que querem viver numa sociedade mais justa onde não hajam exploradores nem explorados. Também sabemos que, aqui nos Açores, só se conseguirá esta sociedade se traçarmos e não arredarmos pé da definição da Constituição da República Portuguesa e cumprir terminalmente, entre outros, os artigos n.º 1 e 2 da mesma.

Infelizmente, na região dos Açores, os trabalhadores têm sido atraídos. Dizemos isto porque as autoridades desta região têm feito tudo para que a legislação de âmbito nacional não seja respeitada nos Açores, assim como na Madeira. Podemos afirmar que não estamos falando abstractamente. Recordamos a V. o parecer fundamentado da Junta Regional sobre a não aplicação dos decretos-leis 372-A/75, que proíbe os despedimentos sem justa causa e o 215-B/75, que é a lei das associações sindicais e ainda as manobras dos elementos da Junta Regional aquando da tentativa de regionalização dos sindicatos, que para nós é uma posição altamente separatista por parte de quem a inventou. Pode estar convencido de que os trabalhadores deste distrito estão atentos a estas manobras. Vamos lutar com todas as nossas forças para estarmos ligados, em todas as lutas, aos nossos irmãos do continente. O tribunal do Trabalho não funciona; desde 1969 existem cerca de dois mil processos. Vamos continuar a trabalhar para que funcione o mais rapidamente possível. O problema do ordenado mínimo nacional; em 16 de Junho de 1975, o decreto-lei 292/75 estipula o ordenado mínimo nacional no valor de 4000\$00, mas para os Açores continuam os 3300\$00, com a promessa de, em 30 dias, ser resolvido, pois já passaram largos meses e ainda nada foi feito.»

«NUNCA ESQUECER- MOS AS PESSOAS (...) QUE ATRAIÇOARAM A POPULAÇÃO AÇORIANA»

Mais adiante, o mesmo dirigente sindical afirmou:

«Os trabalhadores que representamos não permitem que no mesmo país, existam duas tabelas salariais de ordenado mínimo, porque não fomos ouvidos em relação a esta medida. Esta União de Sindicatos, no momento actual, está negociando cerca de 14 acordos e contratos colectivos de tra-

balho, que representam para os trabalhadores deste distrito melhoria de condições de vida e segurança no trabalho. Pois com todo este trabalho que nós temos e queremos continuar a dar seguimento, podemos afirmar publicamente que a Junta Regional dos Açores tem sido um mata-borrão para as lutas dos trabalhadores que representamos e dizemos mais, as vogalistas que mais tem prejudicado os trabalhadores foram as dos transportes e trabalho. Claro que as outras não o foram menos.

Senhor primeiro-ministro, esta União de Sindicatos jamais esquecerá as pessoas que fizeram parte da Junta Regional, que, quanto a nós, atraíram a população açoriana e, temos a lamentar que o jovem Governo Regional, na sua maioria, seja composto pelas mesmas pessoas que, até aqui, fizeram parte da Junta Regional dos Açores. Podíamos fomentar individualmente a reputação destas pessoas, mas achamos que não nos compete a nós, mas sim ao nosso povo. Queremos lembrar a V. agudando do problema da autonomia, que em 9-5-76, um grupo de trabalhadores da panificação fez uma carta aberta à Junta Regional dos Açores e que esta união se solidarizou com ela e definimos na altura a nossa posição sobre a mesma. A população da região reagiu de uma forma significativa para nós. Recordamos, ainda, o caso flagrante do nosso advogado, que foi alvo de uma suja manobra onde estão comprometidas as autoridades locais, e ainda não foi feita justiça, assim como aos despedimentos brutos nas firmas L. I. T. Lda. e UNICOL.

A União de Sindicatos vai lutar decididamente para dar cumprimento a todas as disposições que favoreçam os interesses dos trabalhadores. Lutará intransigentemente contra as que os prejudiquem. Se o Governo Regional vier de encontro à satisfação dos interesses dos trabalhadores a todos os níveis, pois terá um colaborador. Caso contrário, que é o que mais esperamos, pois terão um inimigo.»

★ INTERSINDICAL NA RDA

A fim de participar na conferência de solidariedade com o povo da Palestina, que se realizará na República Democrática Alemã, de hoje até a próxima quarta-feira, seguiu ontem para aquele país uma delegação da Intersindical Nacional, composta por José Manuel Carlinhas e Orlando Laranjeiro.

10 Jan 24/10/76

Plenário de Sindicatos PARA PREPARAÇÃO DO CONGRESSO

Prossegue, hoje, a partir das 10 horas, o plenário de sindicatos, ontem iniciado nas instalações da Feira Internacional de Lisboa, com avultado número de presenças, e que fora convocado pelo Secretariado da Intersindical, alargado a sindicatos filiados e não filiados naquela central.

A ordem de trabalhos foi circunscrita aos três pontos seguintes: 1.º Aprovação definitiva do regulamento do «Congresso de todos os Sindicatos», pela unidade dos trabalhadores, pela reestruturação da «Intersindical Nacional — Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses»; eleição da Comissão Nacional Organizadora do Congresso e marcação da data de realização do congresso.

O encontro de direcções sindicais delineará, no fundamental, as linhas gerais da forma e do conteúdo do congresso, havendo duas alternativas a considerar: ou o II Congresso da Intersindical ou o Congresso Democrático de todos os sindicatos para a unidade.

★ REUNIÃO DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Também, ontem, à noite, no salão da Biblioteca Nacional, decorreu uma reunião geral convocada pelo Sindicato Livre de Empregadas Domésticas.

O ponto único da agenda de trabalhos consistiu na regulamentação do trabalho doméstico, aguardado desde há tempos pelas interessadas, que haviam recebido a promessa dessa regulamentação.

Entretanto, as empregadas domésticas pretendem dar o primeiro passo em ordem a uma plena libertação e à sua valorização pessoal, que consiste em aprender a ler e a escrever. Para o efeito, começam a funcionar, a partir do próximo dia 3, dois turnos, todas as terças, quintas e quintas-feiras,

um das 16 às 18 horas, e outro das 21 às 23 horas.

● OPERÁRIOS DE CALÇADO E MALAS DE AVEIRO E COIMBRA EM GREVE TOTAL A PARTIR DE AMANHÃ

Numa tentativa para levar o patronato a negociar totalmente o novo contrato colectivo de trabalho, nomeadamente nas cláusulas referentes a vencimentos, leque salarial e data de entrada em vigor da nova contratação, os operários da indústria de calçado e malas dos distritos de Aveiro e Coimbra entram em greve, por tempo ilimitado, a partir de amanhã, segunda-feira.

Cerca de três mil trabalhadores, de um total de 12 300, decidiram a paralisar durante uma assembleia geral da classe e que levou a direcção sindical a emitir um comunicado, no qual se esclarece que o C.C.T. não pode ser assinado sem que se cumpram as reivindicações dos operários que vêm lutando por elas em negociações iniciadas em 1 de Agosto.

O documento salienta, ainda, que relativamente ao leque salarial que os patrões pretendem aumentá-lo e «impor de novo salários diferentes para pré-operários, conforme sejam homens ou mulheres; querem aumentar as diferenças de salários entre homens e mulheres da mesma categoria; querem aumentá-las entre as várias categorias».

As posições em confronto, no âmbito das negociações e no capítulo dos salários são as seguintes: o sindicato reivindica 8 contos mensais (5 950\$ actualmente) como ordenado máximo e 4 contos (2 350\$000 actualmente) para 3.º aprendiz.

O SINDICATO DOS PROFESSORES (Zona Norte) NÃO ADERE AO CONGRESSO

10 Jan 24/10/76

Ao princípio da madrugada de hoje decorria no Pavilhão do Estádio das Antas a assembleia do Sindicato dos Professores da Zona Norte destinada a analisar a situação política sindical, a nível nacional e ainda à discussão sobre a posição a tomar pela classe perante o Congresso dos Sindicatos.

A iniciar foi aprovada uma metodologia para os trabalhos e que preconizava entre outros pontos o encerramento dos poderes libertativos da assembleia à uma hora da madrugada e a limitação das intervenções para períodos máximos de três minutos. O documento, aprovado pontualmente pela maioria seria, entretanto, ruidosamente contestado pela outra parte da assembleia.

As duas correntes de opinião dominantes fizeram chegar à mesa numerosos documentos reveladores de diferentes posições. No entanto, as intervenções eram de certo modo coincidentes na crítica acesa à actuação da direcção, sendo uma das acusações a da falta de informação à classe, a não participação nas reuniões dos executivos nacionais e ainda o descumprimento dos problemas da classe. Um elemento da direcção, por imposição de requerimento, fez, em dada altura, o contraponto das acusações produzidas.

Por fim, foi aprovado um documento em que a classe se manifesta pela não participação do Sindicato dos Professores no Congresso se este não der garantias de ser o Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS DO NORTE CONVOCATÓRIA

10 Jan 24/10/76

Convocam-se os associados para participarem num debate sobre a problemática do Congresso de todos os Sindicatos. Participarão Sindicatos aderentes à linha da Carta Aberta e da Intersindical. Realizar-se-á na Cooperativa dos Pedreiros Portuenses, sita na Rua da Alegria, n.º 598 — Porto, no dia 28 de Outubro, quinta-feira, com início pelas 21h30.

NOTA: Será exigida prova da qualidade de associado.

A DIRECÇÃO

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

Diário
25/10/76

COMUNICADO

Os Corpos Gerentes do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa, reunidos para análise da "nova lei reguladora das causas do despedimento" deliberam tornar pública a sua mais viva repulsa por tal lei e a sua séria apreensão quanto ao futuro imediato dos trabalhadores do comércio.

Se as legislações anteriores em nada serviam os interesses dos trabalhadores, igualmente esta lei que se pretende agora impor em nada serve os mesmos trabalhadores.

Que se pretende com os processos orais e sumários?

Como se poderá admitir a recusa ao trabalhador de procurar a sua defesa?

Não será isto uma violação flagrante aos mais elementares princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem?

Será assim que se pretende edificar uma sociedade mais justa?

Conscientes da gravidade de semelhante lei, que poderá vir a ser utilizada a belo-prazer de cada patrão, os Corpos Gerentes do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio uma vez mais reafirmam:

NÃO À LEI DOS DESPEDIMENTOS!

**EM FRENTE PELA DEFESA DAS CONQUISTAS
DOS TRABALHADORES!**

*O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
(a) José Carolino Santos*

|Portaria definirá situação de professores não recolocados

Diário
25/10/76

A propósito dos docentes sem habilitações próprias colocados no Ensino Preparatório ou Secundário, no ano lectivo de 75/76, e ainda não recolocados no presente ano lectivo, o MEIC acaba de emitir uma nota oficiosa na qual esclarece que «a sua situação, bem como as funções que exercerão caso não sejam colocados na docência, será definida por portarias».

A nota oficiosa, contudo, adianta que «a elaboração deste diploma legal pressupõe o conhecimento de dados numéricos que permitam o dimensionamento do problema e a detecção de irregularidades cometidas na colocação efectuada no ano lectivo anterior». Entretanto, até publicação da portaria referida, o pessoal nestas circunstâncias «continuará a pertencer aos estabelecimentos de ensino onde leccionou no último ano lectivo, tendo direito às respectivas remunerações desde 1 de Outubro».

O MEIC diz igualmente que «para apoio à obtenção de habilitações académicas próprias», está a estudar várias hipóteses, «nomeadamente a possibilidade de eventualmente os docentes abrangidos usufruírem nas universidades do estatuto semelhante ao concedido aos alunos militares». Na nota referida o MEIC anuncia, também que «acompanha atentamente a situação dos professores agregados do Ensino Primário que já ministraram e ainda não foram colocados». Porém, conclui aquele Ministério, «o problema só poderá ser resolvido quando se dispuser do número de agregados por colocar e de uma informação global das irregularidades cometidas nas colocações realizadas no ano lectivo transacto».

COMISSÕES DE REESTRUTURAÇÃO

Um decreto-lei publicado no «Diário da República» acaba de criar «comissões científicas nacionais interuniversitárias», as quais, têm como objectivo «analisar e emitir parecer sobre: os planos de estudo de todos os cursos de ensino superior legalmente existentes e em funcionamento no ano lectivo 76/77; o mérito científico dos currículos das individualidades que, a qualquer título, desempenham funções de docente equiparado a professor, catedrático, extraordinário ou auxiliar, desde que não possuam a necessária habilitação académica».

GESTÃO DEMOCRÁTICA E AUTONOMIA NA UNIVERSIDADE

Em Coimbra realizou-se um colóquio sobre «Autonomia e gestão democrática na Universidade». Os Conselhos Directivos que nele participaram abordaram os problemas do ensino em geral, tendo salientado a necessidade da elaboração de um estatuto que regule a autonomia da Universidade de Coimbra, contrapondo-se à legislação em vigor.

Foram dadas informações sobre a entrevista dos representantes no Encontro Nacional dos Conselhos Directivos com o MEIC e analisado o conceito de «degradação pedagógica» evocado pelo Ministério. Reconheceu-se igualmente a urgência de uma maior ligação da Universidade à população.

Sindicato dos Professores (Zona Norte)

19 Jan
25/10/76

fez ponto de situação de problemas que interessam à classe

Reunida ao fim da manhã de ontem com os representantes dos órgãos de Informação, a Direcção do Sindicato dos Professores (Zona Norte), representada, entre outros membros, por Maria da Graça, Lúcio Correia, Coelho da Rocha e José de Lima e, ainda, por representantes das delegações distritais do Sindicato em Braga e Bragança, fez o ponto da situação de diversos problemas, pendentes ou em vias de solução, considerados de grande interesse para o professorado.

Assim, a reunião com os jornalistas centrou-se sobre três pontos essenciais, o primeiro dos quais diz respeito à rejeição pela Assembleia Geral de um voto de censura à Direcção, atitude interpretada pelos dirigentes sindicais como um reforço da confiança depositada pela classe no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos seus representantes.

Naturalmente, a proposta aprovada, também em Assembleia Geral, apontando para a não participação no Congresso dos Sindicatos sem garantias de democraticidade e para a não aceitação do Secretariado da Intersindical, mesmo nos trabalhos de preparação do Congresso, foi objecto de considerações diversas. Os dirigentes do Sindicato dos Professores (Zona Norte) afirmam defender a realização de um congresso democrático para a unidade de todos os sindicatos, mas acrescentaram, que do seu ponto de vista, o actual não reúne essas condições, pelo facto de nele participar o Secretariado da Inter.

E acrescentaram, a este respeito: «Parece-nos importante sublinhar que esta posição da classe não pode nem deve ser interpretada como apoio ao divisionismo ou à cisão sindical, pois o que nós entendemos é que o conceito de unidade tem que ser construído na prática do dia-a-dia e não decretado».

Um outro aspecto que ocupou parte da reunião refere-se ao êxito obtido pelas sugestões e argumentação não demagógicas que colocamos ao M.E.I.C. e a firmeza com que defendemos as razões

que nos assistiam». De momento, segundo disseram, havia que resolver o problema dos «não habilitados», tendo sido conseguida a garantia do M.E.I.C. de que lhes serão dadas regalias militares para concluírem os respectivos cursos e de que terão a Universidade aberta para o efeito, ao mesmo tempo que lhes é assegurado que se não forem, este ano, colocados no ensino, poderão nele ingressar novamente depois de adquirirem as necessárias habilitações.

Acrescentaram, ainda, que foram criadas as condições necessárias para que seja resolvido favoravelmente o problema dos professores agregados do ensino primário, pois «a posição que estrategicamente adoptámos, colocando as questões com clareza e sem demagogias, com a possível precisão, provou-se ser a mais correcta para defender os interesses da classe».

Poi, também, anunciado que na próxima quinta-feira se iniciam conversações com o M.E.I.C. para ultimar a resolução do problema relativo a fases e diuturnidades, muito por causa da acção desenvolvida pelo Sindicato da Zona Norte, que apresentou uma opinião bem definida, depois de ter consultado a classe sobre o assunto.

Relativamente ao sector pré-primário, foram já apresentados ao M.E.I.C. diversos pontos, nomeadamente a exigência do reconhecimento oficial das diplomadas educadoras de infância já formadas pelas escolas particulares, a passagem do ensino pré-primário do âmbito do Ministério dos Assuntos Sociais para o M.E.I.C., a criação do ensino pré-primário oficial e, ainda, um caderno reivindicativo do sector, acompanhado de uma proposta de promoção das actuais auxiliares de educação (através de um curso de cerca de um ano) a educadoras de infância.

Poi, também, revelado, a este respeito, que as educadoras e auxiliares de educação de infância do ramo oficial, dependentes do Ministério dos Assuntos Sociais, já foram abrangidas pelo decreto-lei 290/75 (reajustamento de letra K e P, respectivamente, declarando-se a Direcção do Sindicato na disposição de defender as pretensões dos professores destas especialidades que trabalham nas instituições particulares de assistência subsidiadas pelo M.A.S., se não forem, igualmente abrangidas por esse decreto-lei.

Preparação do Congresso dos Sindicatos

19 Nov
25/10/76

• 123 moções num mês

A comissão dinamizadora distrital de Lisboa, para o Congresso dos Sindicatos, distribuiu um comunicado onde faz um balanço do trabalho desenvolvido até agora. Segundo o comunicado, os 31 sindicatos no distrito de Lisboa, realizaram plenários desde o dia 16 de Setembro, que envolveram cerca de 235 mil trabalhadores e onde foram aprovadas 123 moções.

O espírito dessas moções, conforme o documento distribuído, é de «repúdio a manobras anti-democráticas dos Sindicatos

subscritores da «Carta Aberta», que tentam dividir a unidade do movimento sindical» e «concedem as tentativas de instaurar o pluralismo sindical que a maioria dos trabalhadores rejeitam e a constituição rejeita», além de darem o «apoio intransigente à central única dos trabalhadores».

O documento termina por fazer um apelo para que «todos os Sindicatos portugueses participem na realização do congresso, para salvaguardar a unidade e garantir os direitos e interesses dos trabalhadores».

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE SETÚBAL

MOÇÃO

19 Jan
25/10/76

Os Trabalhadores do Comércio do Distrito de Setúbal, reunidos em Assembleia Geral, depois de analisarem o Projecto de Regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos e considerando que:

1 — A preparação e discussão dos documentos do Congresso têm sido abertas a todos os Sindicatos e trabalhadores em igualdade de circunstâncias.

2 — O Congresso está aberto à participação de todos os Sindicatos portugueses, filiados e não filiados na Intersindical, em igualdade de direitos e a iniciativa da sua convocação foi do Secretariado da Intersindical.

3 — Nada justifica a acção paralela desenvolvida pelos Sindicatos afectos à "Carta Aberta"; é dentro das estruturas do Movimento Sindical Unitário, com respeito pela democracia, que os problemas dos trabalhadores devem ser discutidos e resolvidos.

4 — A "Questão da paridade" é um falso problema, que pretende objectivamente camuflar a pretensão de uma representatividade superior àquela que efectivamente têm no Movimento Sindical Unitário os sindicatos subscritores da "Carta Aberta", e por outro lado é uma tentativa para protelar indefinidamente a realização do Congresso.

5 — O Congresso dos Sindicatos permitirá aos trabalhadores discutir abertamente todas as questões que os preocupam e reforçar as suas organizações de classe, os Sindicatos.

6 — A Central Única dos Trabalhadores é uma realidade, nem o fascismo a conseguiu destruir — é necessário reestruturá-la adoptando o seu programa de acção às novas condições, para que ela corresponda hoje como ontem às exigências da situação política sindical na perspectiva de uma sociedade sem classes.

7 — Os subscritores da "Carta Aberta", pelo divisionismo que têm pretendido provocar no seio do movimento sindical, tentando fazer crer que existem dois blocos antagónicos, servem objectivamente os interesses do capital e concretamente têm servido de pretexto para que a legislação do trabalho não tenha sido discutida pelos trabalhadores.

8 — As alternativas apresentadas ao projecto-base unitário têm, no essencial, como objectivo ultrapassar e ignorar as estruturas do movimento sindical, introduzir no Congresso o direito de tendência e retardar a sua realização.

Decidem:

a) Que o Sindicato do Comércio do Distrito de Setúbal continue a trabalhar na Comissão Dinamizadora Distrital.

b) Que se aprove o Projecto de Regulamento Unitário, excluindo todas as propostas alternativas.

c) Repudiam as tentativas para criar Centrais e Sindicatos paralelos.

d) Divisão do Movimento Sindical é parte integrante dos objectivos da reacção (CIP, CAP, etc.) para domesticar os trabalhadores e seus Sindicatos.

e) Condenam todas as tentativas de divisão do Movimento Sindical; exortam os Sindicatos subscritores da "Carta Aberta" para se integrarem imediatamente na C.N.O.P.; a participarem nas reuniões gerais de Sindicatos; a aceitarem democraticamente as decisões da maioria.

f) Exortam a Direcção, Delegados Sindicais e todos os trabalhadores a contribuírem activamente para a realização do Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses.

REESTRUTURAÇÃO DA INTERSINDICAL, CONFEDERAÇÃO GERAL DOS SINDICATOS PORTUGUESES.

g) Dar publicidade desta moção e enviá-la para: Intersindical Nacional — C.N.O.P.

Apresentada por 15 sócios.

Aprovada por unanimidade e aclamação.

Setúbal, 19.10.76

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

MOÇÃO

Considerando que o Governo tem aprovado vários projectos de diplomas legais sobre direitos dos trabalhadores. Considerando que tais projectos foram aprovados pelo Governo sem a participação organizada dos trabalhadores, violando-se por isso os Artigos 56.º e 58.º da Constituição da República.

Considerando que os projectos aprovados pelos governantes legislam sobre matéria da competência legislativa reservada da Assembleia da República por força da aplicação do Artigo 17.º da Constituição.

Considerando ainda que a publicação destes projectos abre um grave precedente, quanto ao não cumprimento da Constituição pelos órgãos do poder.

Os trabalhadores do Comércio do Distrito de Setúbal, reunidos em Assembleia Geral no dia 19.10.76 na INATEL em Setúbal.

Decidem:

1 — Reclamar que a Comissão Constitucional (Conselho da Revolução) se pronuncie pela inconstitucionalidade de tais projectos de lei, se o Governo apesar dos protestos dos trabalhadores persistir em fazê-los publicar.

2 — Denunciar o facto, só por si revelador das intenções dos governantes em violar a Constituição — ainda não conhecidos os projectos aprovados em C.M. de 30.9.76, já outros se anunciam.

3 — Exigir que esses projectos sejam fornecidos ao Movimento Sindical através da sua Confederação Geral de Sindicatos — Intersindical Nacional.

4 — Exortar os trabalhadores a combaterem os divisionistas e a mobilizarem-se em torno dos seus Sindicatos para atarem todas as medidas de recuperação capitalista e imperialista e de repressão das conquistas e direitos dos trabalhadores.

PELO CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO!

PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES EM DEFESA DAS CONQUISTAS ALCANÇADAS!

Setúbal, 19.10.76

UNIDOS VENCEREMOS!

Apresentada por dois sócios.

Aprovada por unanimidade e aclamação.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

POSIÇÃO DOS CORPOS GERENTES

Os Corpos Gerentes do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Setúbal, solidários e coerentes com as posições aprovadas pelos trabalhadores, irão defender na Reunião Geral de Sindicatos o Projecto de Regulamento Unitário do Congresso de Todos os Sindicatos, rejeitando todas as propostas alternativas.

Desenvolverão todos os esforços no sentido de dar cumprimento às restantes moções, especialmente no que se refere à legislação do trabalho.

A democracia funciona respeitando a vontade dos trabalhadores livremente expressa!

Os Corpos Gerentes

MOÇÃO

Considerando que na actual Constituição é garantido aos trabalhadores o direito de participarem na elaboração de leis que só a eles digam respeito.

Considerando que a inobservância de tal direito dos trabalhadores, por parte do Governo, revela um total desprezo pela lei máxima do País.

Considerando que só a unidade de todos os trabalhadores em torno de uma única central sindical pode constituir uma forte oposição à recuperação capitalista.

Considerando ainda que o Conselho de Ministros, na sua reunião de 30.9.76, aprovou um decreto que revoga os Artigos 9.º, 11.º e 12.º do Dec.-Lei 215/B/75, sem que os trabalhadores previamente fossem ouvidos.

Os trabalhadores do Comércio do Distrito de Setúbal, reunidos em Assembleia Geral nesta cidade, em 19.10.76, repudiam veementemente tal medida, conscientes de que ela apenas visa dividir o movimento sindical e criar condições que não permitam aos trabalhadores unirem-se e organizarem-se para melhor defenderem os seus interesses de classe.

CONTRA A LEGISLAÇÃO ANTIOPERÁRIA!

PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES!

UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

Setúbal, 19.10.76

Apresentada por 4 Delegados Sindicais.
Aprovada por unanimidade e aclamação.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

CONGRESSO DOS SINDICATOS

19 Jan
25/10/76

MARCA DO PRÓXIMO ANO

Terminaram ontem na Feira Internacional de Lisboa os trabalhos da reunião geral de sindicatos que se iniciou na manhã do passado sábado.

Segundo um documento ontem distribuído estiveram representados naquela reunião 224 sindicatos dos quais 62 não estão filiados na Intersindical.

As intervenções centraram-se em dois pontos: a necessidade de se defender a unidade do movimento sindical e o reforço da Intersindical e apoio ao projecto de regulamento do congresso

apresentado pela C.N.O.P.C.

Foi aprovado na generalidade e na especialidade, por maioria, o regulamento do congresso de todos os sindicatos portugueses.

No decorrer dos trabalhos foi ainda decidido marcar para os dias 27, 28, 29 e 30 de Janeiro do próximo ano, a realização do congresso de todos os sindicatos portugueses.

O decreto-lei sobre despedimentos

19 Jan
25/10/76

SÃO VIOLADOS OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES — afirma a Intersindical em comunicado

A propósito da aprovação, em Conselho de Ministros, do decreto-lei que altera a legislação sobre despedimentos, a Intersindical difundiu um comunicado em que considera que a resolução do Governo atenta gravemente contra uma das mais importantes conquistas da Revolução de 25 de Abril, que é a proibição, hoje constitucional, dos despedimentos sem justa causa.

E, mesmo no que se refere à justa causa, afirma a central sindical que o conceito em questão sai profundamente al-

terado, e que o diploma do Governo «alarga a enumeração dos factos considerados como tal e permite na maioria desses casos, o despedimento imediato, sem processo disciplinar, e com base em «averiguação oral e sumária».

A Intersindical considera que o decreto-lei viola direitos fundamentais dos trabalhadores e que, se acaso vier a ser aplicado, permitirá ao patronato despedir a seu bel-prazer sem o controlo exercido através do processo disciplinar e das organizações dos trabalhadores.

SINDICATO DOS FERROVIARIOS DO SUL-BARREIRO

MOÇÃO

Considerando que a realização do Congresso de todos os sindicatos é um marco importante no reforço da unidade dos trabalhadores portugueses e na reestruturação das estruturas organizativas de todo o movimento sindical.

Considerando a necessidade dos trabalhadores participarem na elaboração e na aprovação dum novo programa de acção que unifique e coordene a actividade do movimento sindical português, face às novas condições politico-económicas, com vista a combater as tentativas de recuperação capitalista, latifundiária e imperialistas e defender as conquistas alcançadas pelo povo, nomeadamente, a melhoria das suas condições de vida.

Considerando as manobras divisionistas que procuram prejudicar os esforços com vista a alcançar os objectivos atrás indicados.

Os trabalhadores ferroviários do Sul, reunidos em assembleia geral decidem:

APOIAR firmemente a realização do Congresso de todos os sindicatos portugueses nos termos definidos pela reunião geral de sindicatos, realizada no dia 4.9.76, na qual participaram 170 sindicatos.

APOIAR a participação da direcção do Sindicato em todos os trabalhos do Congresso, dentro das estruturas sindicais.

CONDENAR a acção divisionista mantida, isoladamente, por um número restrito de direcções sindicais que tenham em se manter afastadas dos trabalhos prosseguidos pela esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses.

APELAR a todos os trabalhadores, particularmente aos trabalhadores filiados nos sindicatos cujas direcções, sem justificação, se têm recusado a participar nos trabalhos preparativos do Congresso, para que desenvolvam uma acção democrática que conduza à sua imediata integração em plano de igualdade, nos trabalhos preparativos do Congresso.

PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES
PELA UNIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL
PELA DEFESA DAS CONQUISTAS ALCANÇADAS

BARREIRO, 18 DE OUTUBRO DE 1976

Aprovada por unanimidade e aclamação

MOÇÃO

Considerando que os estatutos da empresa se encontram para aprovação desde Maio passado. Considerando a acentuada gravidade da empresa se encontrar sem regulamentação própria por onde se reger.

Considerando que o ministro dos Transportes e Comunicações, na audiência que concedera à Federação dos Sindicatos Ferroviários, informou que os referidos estatutos ainda se encontram numa comissão técnica a fim de serem estudados e, que seguidamente, serão remetidos para a Secretaria de Estado para apreciação e só depois de passarem pelos Ministérios das Finanças e da Administração Interna serão, finalmente, remetidos ao Conselho de Ministros.

Os trabalhadores ferroviários do Sul, reunidos em assembleia geral, no dia 18.10.76, exigem a imediata aprovação e entrada em vigor dos estatutos da empresa.

Exigem ainda:

De acordo com a vontade expressa pelos trabalhadores ferroviários no plenário nacional realizado no dia 20.12.75, no Entroncamento.

- 1 — A obrigatoriedade da participação activa dos trabalhadores na comissão de fiscalização.
- 2 — A obrigatoriedade da participação activa dos trabalhadores e das autarquias no conselho geral
- 3 — A obrigatoriedade da participação dos trabalhadores na regulamentação do controlo operativo.

BARREIRO, 18 DE OUTUBRO DE 1976

Aprovada por unanimidade e aclamação

MOÇÃO

O Conselho de Ministros na sua reunião de 30.9.76 aprovou vários projectos de legislação sobre direitos dos trabalhadores.

Considerando que tais projectos foram aprovados sem que os trabalhadores tivessem sido oucultados através das suas organizações de classe, violando os artigos 56.º e 58.º da Constituição Portuguesa.

Considerando que a publicação e consequente entrada em vigor dos referidos projectos iriam pôr em causa os direitos fundamentais dos trabalhadores, (Direito ao trabalho, proibição de despedimentos sem justa causa e direito a contratação colectiva).

Considerando que os trabalhadores não podem permitir que o cumprimento da Constituição e das conquistas alcançadas sejam postas em causa.

Os trabalhadores ferroviários do Sul, reunidos em assembleia geral protestam firmemente contra a inconstitucionalidade de tais projectos e exigem o cumprimento integral da Constituição portuguesa e a garantia das conquistas alcançadas.

PELA DEFESA DA CONSTITUIÇÃO
PELAS CONQUISTAS ALCANÇADAS

BARREIRO, 18 DE OUTUBRO DE 1976

Aprovada por unanimidade e aclamação

Sindicato da Indústria Metalúrgica do Distrito do Porto

DIÁRIO
25/10/1976

MOÇÃO SOBRE O CONGRESSO

CONSIDERANDO QUE:

- 1) O fortalecimento da unidade dos trabalhadores e do Movimento Sindical constitui hoje uma tarefa decisiva de todos os trabalhadores;
- 2) O boicote que o patronato tenta realizar nas negociações do CCTV dos metalúrgicos e as cedências às exigências da CIP - Confederação Única Patronal - de que são exemplo as alterações decretadas pelo Governo à lei dos despedimentos, são bem demonstrativos de que só a unidade combativa dos trabalhadores derrotará a ofensiva do patronato e da Direita;
- 3) O Congresso de todos os Sindicatos constitui uma contribuição importante para o fortalecimento da Unidade do Movimento Sindical;
- 4) A acção do grupo chamado da «Carta Aberta» recusando-se participar nas reuniões gerais abertas a todos os Sindicatos e contestando as resoluções lá tomadas, impondo condições prévias para a unidade e o diálogo, lançando calúnias e falsas acusações, tem por objectivo claro a cisão do Movimento Sindical e a divisão partidária dos trabalhadores;
- 5) O Regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos deve garantir o seu funcionamento democrático e ampla participação dos Sindicatos e dos trabalhadores na sua preparação e realização.

OS TRABALHADORES METALÚRGICOS REUNIDOS EM ASSEMBLEIA GERAL EM 21/10/76 RESOLVEM:

- a) Aprovar o Projecto de Regulamento da CNOP e rejeitar as propostas alternativas apresentadas por alguns Sindicalistas, visto dificultarem o funcionamento democrático e organizado do Congresso e não garantir uma participação unitária e responsável dos Sindicatos no Congresso;
- b) Apoiar todos os esforços dos Corpos Gerentes do seu Sindicato na preparação do Congresso de Todos os Sindicatos para a reestruturação da Intersindical (Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses), pela unidade dos trabalhadores, designadamente a sua participação na Comissão Dinamizadora Distrital do Porto para o Congresso;
- c) Saudar as Direcções Sindicais e os trabalhadores que souberam conduzir os seus Sindicatos para o caminho da unidade e do diálogo abandonando o Grupo da Carta Aberta;
- d) Apelar à ampla participação de todos os Sindicatos e trabalhadores na preparação do Congresso de Todos os Sindicatos.

APROVADA COM 2 VOTOS CONTRA E DUAS ABSTENÇÕES Porto, 21/10/76

MOÇÃO

Considerando o momento político que atravessamos, em que é notória a recuperação capitalista, estimulada pelo Governo;

Considerando que os trabalhadores Portugueses, mais do que nunca, devem estar unidos para fazer frente ao avanço deliberado das forças de direita;

Considerando que as Direcções Sindicais aderentes à chamada «Carta Aberta» autodenominadas de «democráticas», manobradas por forças políticas internas e externas, se comprometeram numa vergonhosa e traidora manobra divisionista, sem consulta às bases, traindo assim, a confiança dos trabalhadores que as elegeram;

Considerando a responsabilidade histórica contraída por todos aqueles que provocaram a cisão do Movimento Sindical na qual estão interessadas as forças capitalistas e imperialistas;

Os trabalhadores Metalúrgicos do Distrito do Porto, reunidos em Assembleia Geral no dia 21/10/76, pelas 21 horas, decidem:

- 1) Que a representação do nosso Sindicato defenda com firmeza, na preparação e decorrer do Congresso de Todos os Sindicatos, as posições hoje aqui expressas, e aprovadas pelos trabalhadores;
- 2) Repudiar as manobras divisionistas dos Sindicatos da chamada «Carta Aberta» e fazer um apelo para que reconsiderem e participem activamente no Congresso dos Sindicatos de forma a que todos os trabalhadores, numa luta que é comum, possam responder firmemente às leis antioperárias decretadas pelo Governo;

- 3) Que esta Moção seja divulgada nos Órgãos de Comunicação Social e enviada às instâncias superiores da Nação.

— PELA REESTRUTURAÇÃO DA INTERSINDICAL NACIONAL
— CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES.
— POR UM CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS
— PELA UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES.

Porto, 21/10/76.

APROVADA POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO.

(Apresentada por um grupo de trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira - Divisão Porto).

MOÇÃO

— Considerando que interessa levar ao Congresso de Todos os Sindicatos a posição dos trabalhadores e não a vontade individual dos representantes do Sindicato;

— Considerando que a posição do Sindicato é o verdadeiro órgão representativo dos Metalúrgicos do Porto, lhe cumpre respeitar escrupulosamente a vontade desses trabalhadores expressa nesta Assembleia Geral;

— Considerando que os votos que cabem a cada Sindicato devem corresponder à proporção dos trabalhadores representados;

— Considerando que não devem ser os próprios trabalhadores interessados na Unidade do Movimento Sindical a reconhecer o pluralismo.

DECIDE-SE:

- 1) Dar à Direcção do Sindicato a confiança suficiente necessária para defender fielmente as posições desta Assembleia no Congresso de Todos os Sindicatos;

- 2) Apoiar o regulamento da CNOP sem as alternativas aos seus artigos.

ESTA MOÇÃO FOI APROVADA POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO

Porto, 21/10/76.

MOÇÃO SOBRE A REDE BOMBISTA E A LIBERTAÇÃO DOS PIDES

- Considerando que é obrigação dos órgãos de poder, de acordo com a Constituição, defender as liberdades democráticas, a paz e a tranquilidade do povo português em todo o território nacional;
- Considerando que a defesa das liberdades democráticas implica a prisão e castigo dos que se servem das liberdades para combater semeando a intranquilidade e promovendo atentados bombistas;
- Considerando que os crimes dos assassinos e torturadores da extinta PIDE têm que ser punidos e os trabalhadores não esquecem o que sofreram sob a repressão fascista.

OS TRABALHADORES METALÚRGICOS REUNIDOS EM ASSEMBLEIA GERAL DE 21/10/76 RESOLVEM:

- 1) Reclamar a continuação até às últimas consequências das averiguações sobre a rede bombista e a prisão e castigo exemplar de todos os seus responsáveis sem excepções;
- 2) Protestarem indignados contra as recentes libertações de alguns confessos reaccionários e implicados na rede bombista e às manobras evidentes da direita reaccionária para travar o curso das averiguações;
- 3) Exigir o julgamento e punição dos PIDES cujos crimes estão bem presentes na memória do povo português.

APROVADA POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO.

Porto, 21/10/76.

MOÇÃO

Considerando — Que o movimento sindical foi vítima de diversos atentados bombistas em vários pontos do país.

Considerando — Que são cada vez mais frequentes as perseguições e agressões reaccionárias e fascistas contra delegados sindicais e, de um modo geral, contra os trabalhadores que defendem os nossos interesses de classe.

Considerando — Que tais atentados e estas perseguições pretendem criar um clima de instabilidade política e o enfraquecimento do movimento sindical unitário, com condições indispensáveis ao regresso de um regime que em nome dos interesses das CAP e da CIP e dos monopólios internacionais, volte a oprimir o Povo Português.

Considerando — Que os órgãos de poder democraticamente instituídos particularmente o Presidente da República e o Conselho da Revolução não devem nem podem demitir-se da responsabilidade de defenderem a democracia ameaçada pelos terroristas fascistas.

Considerando — Que no aparelho judicial ainda se encontram juízes que em nome de uma certa legalidade «democrática» que interpretam de acordo com os seus interesses pessoais, fazem o jogo daqueles que desde há 50 anos vêm mostrando serem os piores inimigos das liberdades democráticas.

Considerando — Que deste modo, os trabalhadores não conhecem os grandes responsáveis pela campanha de terrorismo lançada contra o Povo Português, que os terroristas são libertados, que os assassinos dos trabalhadores não recebem o merecido castigo, e até os torturadores da PIDE são mandados em paz.

Considerando — Que os trabalhadores e o movimento sindical unitário não podem nem devem deixar de tomar posição sobre as ameaças que estão lançadas contra a democracia e contra as conquistas dos trabalhadores.

OS METALÚRGICOS DO PORTO DECIDEM

1.º Alertar todos os trabalhadores para a necessidade de tomarem posição em defesa das liberdades democráticas, contra os terroristas e contra todos quantos de algum modo lhes façam o jogo.

2.º Exigir que o nome dos cabeças da rede terrorista, tenham eles a responsabilidade pública que tiverem, não sejam escondidos aos trabalhadores.

3.º Protestar contra a liberdade dos terroristas e de torturadores da PIDE e contra o adiamento do julgamento dos assassinos daqueles que lutaram contra o fascismo.

4.º Exigir que o governo, através do Ministério da Justiça, passe das palavras para a acção, forçando uma actuação rápida nas investigações, prisão e julgamento dos inimigos dos trabalhadores e da democracia.

5.º Exigir que o Presidente da República e o Conselho da Revolução, tomem publicamente uma posição firme e clara sobre as medidas que estão sendo tomadas para sustar o avanço da reacção e do fascismo.

6.º Apelar a todas as forças verdadeiramente democráticas deste país, para que passando sobre divergências secundárias se unam contra os ataques daqueles que pretendem reinstalar os monopólios e o fascismo em Portugal.

Pela condenação dos terroristas assassinos e torturadores
Pela democracia e o SOCIALISMO
Pela UNIDADE dos TRABALHADORES contra a opressão dos monopólios e do Imperialismo.

MOÇÃO

O aparecimento de algumas direcções sindicais de trabalhadores dos serviços que, autotransformando-se de «democratas» têm vindo a conduzir um processo de contestação à estrutura sindical única, em oposição à maioria das organizações de classe que efectivamente desenvolvem actividade sindical, veio trazer para o primeiro plano das preocupações dos trabalhadores

os problemas da unidade e da luta contra o divisionismo e pluralismo sindicais.

A análise das posições dos chamados sindicatos «democráticos» coloca-nos, logo à partida, perante algumas contradições sobre as quais devemos reflectir:

Dizem querer uma Central Sindical Única, mas, em vez de se integrarem no conjunto dos sindicatos para discutirem os seus pontos de vista em assunto de tão grande importância para o conjunto dos trabalhadores portugueses, recusam-se a participar na discussão unitária e tentam manter fechado o bloco dos sindicatos que conseguem influenciar e manter como satélites e suportes numéricos das suas posições.

Dizem que não aparecem nas reuniões gerais de sindicatos para as quais estão permanentemente convocados enquanto não aparecem todos os sindicatos portugueses (mesmo os que não têm vida efectiva, quer por se encontrarem em regiões onde os sindicatos são perseguidos pelas caciques fascistas, quer por não possuírem meios financeiros para as deslocações dos seus dirigentes).

Contudo, ainda não responderam ao pedido de colaboração com a maioria dos restantes sindicatos para se estudar e organizar as soluções que permitam a participação do maior número possível de sindicatos.

— Ao contrário, dizendo que não estão nas reuniões gerais de sindicatos, porque lá não estarão todos, começam eles próprios por se recusarem publicamente a participar nessas reuniões e pressionam outros sindicatos que influenciam para lhes seguirem tal posição.

Ao autoprotelamarem-se como «democráticos» logo pretenderam insinuar que os outros sindicatos não eram. Porém, os ditos «democráticos», enquanto puderam, furtaram-se a colocar as suas posições à discussão dos trabalhadores que representam. E, quanto a isso foram forçados quer pela pressão desses mesmos trabalhadores, quer pela pressão da campanha de massas promovida pela maioria dos restantes sindicatos, visando o esclarecimento dos trabalhadores, o que se notou foi o seguinte:

— Algumas dessas direcções foram forçadas pelos associados a integrarem-se nas Reuniões Gerais de Sindicatos;

— De entre essas direcções, não foram raros os casos de desrespeito absoluto pela vontade das Assembleias Gerais ou de delegados;

— Em certas Assembleias Gerais, abandonaram os trabalhos para se furtarem a ter que reconhecer que a maioria dos trabalhadores presentes era desfavorável às suas posições.

Mas as actuações dos «chefes de fila» dos sindicatos ditos «democráticos» não contêm contradições apenas no campo das posições de princípio, em defesa do seu conceito de unidade.

As contradições vão mais fundo e encontram-se também nas suas próprias actuações no seio de uma intensa luta de classes, e no momento em que o capitalismo joga tudo na recuperação final da dominação que possuía durante o regime fascista, provocando o agravamento das condições de vida dos trabalhadores.

De facto:

— Os trabalhadores de Escritório (talvez em nome da tal unidade que dizem defender!) estão a retirar-se dos processos de contratação vertical, contribuindo assim para o divisionismo nas empresas e enfraquecendo a frente de luta dos trabalhadores contra o patronato;

— Os sindicatos ditos «democráticos» permanecem «mudos» perante as consequências da recuperação capitalista: despedimentos, sem justa causa; desemprego; aumento do custo de vida; investimentos e outras «ajudas» do imperialismo; ameaças da CAP aos trabalhadores agrícolas e à Reforma Agrária; recuperação pelos patrões sabotadores das empresas agora geridas pelos trabalhadores; legislação antitrabalhadores do Governo, etc., etc.;

— Tal como os monopolistas, os latifundiários e todos os exploradores do povo, aos quais as nacionalizações e a reforma agrária (defendidas pela Intersindical) vieram retirar os instrumentos de exploração pessoal de todos os trabalhadores — e que, por isso mesmo, atacam de viva voz ou nos seus órgãos de comunicação social a Central Sindical Única — a INTERSINDICAL NACIONAL, também os sindicatos ditos «democráticos», «livres» e «independentes» atacam com igual fúria a estrutura sindical única — a INTERSINDICAL.

E do mesmo modo como o patronato está interessado em que os trabalhadores não participem no seu sindicato, antes o querendo ver enfraquecido ou destruído, motivo porque tentam levar os trabalhadores a descrença nas suas organizações de classe, também os sindicalistas «democráticos» atacam furiosamente a Intersindical perante os trabalhadores, servindo-se dos meios de informação que servem o capitalismo, sem terem uma palavra para reconhecer os muitos aspectos positivos e determinantes da actividade da Intersindical na defesa dos interesses imediatos e fundamentais dos trabalhadores;

— Eles «esquecem» o apoio da Intersindical aos Sindicatos de mais fracos recursos económicos, nomeadamente no campo da contratação colectiva e dos conflitos de trabalho;

— Não referem que foi a Intersindical a força com maior intensidade que lutou pelo salário mínimo e a sua melhoria posterior;

— Não se pronunciam sobre a ajuda diversa que a Intersindical vem dando às cooperativas e empresas em autogestão, que vai desde o esforço dirigido ao escoamento de mercadorias para os mercados nacional e estrangeiro, até ao apoio jurídico contra a recuperação das empresas pelos patrões que as abandonaram ou sabotaram;

— Eles não referem a preocupação de sempre da Intersindical em fazer com que os trabalhadores interessados, os Sindicatos ou organizações diversas de trabalhadores, discutissem entre si as medidas a tomar e a defender no que se refere à Previdência, aos reformados, às mulheres, aos jovens;

— Os sindicalistas «democráticos» não estão interessados em discutir os erros que a Intersindical tenha cometido. Eles querem ver destruída politicamente — como os patrões — a organização unitária dos trabalhadores, a Intersindical Nacional — Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses.

Considerando-se o acima exposto:

A Assembleia Geral dos Metalúrgicos do Porto decide:

- 1) Repudiar a actuação divisionista de alguns sindicatos da carta aberta;
- 2) Publicar esta Moção na Imprensa.

ESTA MOÇÃO FOI APROVADA POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO.

Porto, 21/10/76.

26 OUT. 1976

UNIDADE SINDICAL

INTER: QUE TRIUNFALISMO?

Começam a fazer-se sentir as primeiras reacções à marcação daquilo que alguns já definiram como o II Congresso da Intersindical para Janeiro de 1977, com uma comissão organizadora composta de 35 sindicatos, dos quais apenas três aderentes à Carta Aberta, isto é, sem representatividade em relação a uma corrente sindical de certa relevância no contexto do Movimento Sindical Português.

CONTINUA NA PÁGINA 9

PUBLICIDADE

Sindicato dos Trabalhadores
de Escritório
do Distrito de Coimbra

26/10/76

SEDE: TRAVESSA DA RUA NOVA, 7-1.º

TELEFONE 24275 — APARTADO 146 — COIMBRA

COMUNICADO

Em virtude de na Assembleia Geral deste Sindicato, a qual teve lugar no I.N.A.T.E.L., no passado dia 20 de Outubro de 1976, pelas 21 horas e 30, ter sido aprovado um requerimento no sentido de dar conhecimento, através dos órgãos de informação, das propostas aprovadas na mesma Assembleia comunico que tendo estado presentes 345 do total de 3159 associados deste Sindicato, foram aprovadas as seguintes propostas:

- Participação no Congresso dos Sindicatos
Votação: a favor 200; contra 58; abstenções 21.
- Participação da Direcção no Plenário de Sindicatos de 23 e 24 de Outubro
Votação: a favor 205; contra 10; abstenções 42.
- Texto base do «Projecto de Regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos» apresentado pela C.N.O.P.
Votação: a favor 141; contra 2; abstenções 10.

Coimbra, 21 de Outubro de 1976.

Pe'l'O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
ass) Maria Eugénia Xavier de Basto

INTERSINDICAL
— TRIUNFALISMO PERIGOSOCARTA ABERTA
— EMPURRADA PARA A CISÃO?

(Continuação da 1.ª página)

Os 224 sindicatos presentes à RGS — Reunião Geral de Sindicatos, realizada no último fim-de-semana em Lisboa, não escondem a ausência de mais outros 150 sindicatos, dos quais alguns activistas, vinculados à linha Carta Aberta, frontalmente oposta à linha político-sindical da Intersindical.

Deu «O Comércio do Porto», em primeira mão, a notícia de que decorriam negociações directas entre Carta Aberta e Intersindical, tudo indicando o caminho de uma reconciliação, dado que a Intersindical aceitaria a chamada «paridade» — exigida pela Carta Aberta — desde que não fosse posta em termos de blocos. Tal aceitação não teve qualquer tradução na forma-

ção da C.N.O.C. — Comissão Nacional Organizadora do Congresso.

Deste último facto, a razão das afirmações de um sindicalista da Carta Aberta a um vespertino da capital

«A conclusão que eu retiro de tudo isto é que se pretende afirmar a cisão do movimento sindical. Ou isto é a cisão, ou então não se percebe. Com efeito, nós e o secretariado da Inter estávamos a desenvolver esforços no sentido de, na base da anterior C.N.O.P., conseguirmos uma aproximação aos nossos princípios. Isto parece tudo uma brincadeira: dizem-nos uma coisa — o que até está lavrado em actas de reuniões recentemente havidas — e depois decidem tudo ao contrário».

O vespertino «A Luta» comentava o ambiente da reunião de fim-de-semana na F.I.L. — Feira Internacional de Lisboa, nos seguintes termos:

«Aliás o monolitismo e a falta de democracia terão sido duas das características dominantes no plenário de sindicatos. E a demonstrá-lo está a impossibilidade de os órgãos de comunicação terem assistido aos trabalhos, a proibição de os sindicatos paralelos participarem, os resultados das votações e o próprio ambiente que em certas alturas se respirou — com vaias, apupos, cortes de palavra e outras conhecidas manifestações de «cunho democrático».

Em termos de luta de blocos sindicais é de notar a oposição à votação por escrutínio secreto, decidida no Sindicato dos Escritórios de Lisboa, mentor da Carta Aberta, em relação à sua aderência a um outro bloco.

Esta votação por escrutínio secreto foi decidida após fraudes e outras vicissitudes registadas na última assembleia geral deste sindicato, onde, inclusivamente, foi detectado um grupo a votar de dois braços no ar.

De facto, a comissão delegada dos trabalhadores requerentes da assembleia geral do

Sindicato de escritórios acusou a Direcção de seguir uma prática «anti-democrática» e violar os estatutos, numa conferência de imprensa ontem realizada. A acusação foi acompanhada da descrição de um rol de medidas tomadas pela Direcção sindical, que, segundo aqueles trabalhadores, estará em desacordo com os princípios proclamados no seu próprio programa.

Esclarecendo as razões que os levaram a requerer a assembleia geral, a comissão afirmaria que não tinha quaisquer intenções de derrubar a Direcção, mas tão somente a fazê-la cumprir o que defendeu aquando das eleições. «Na verdade — acrescentou — um dos membros da comissão — nós não desaprovamos os princípios contidos no programa da Direcção, antes pelo contrário, achamo-los correctos. Porém eles não têm sido postos em prática.

Acusando mais uma vez a Direcção do Sindicato de seguir uma política «divisionista» em relação ao Congresso dos Sindicatos e aos trabalhadores, os requerentes da assembleia geral no passado dia 14, destina a decidir da participação dos trabalhadores de Escritórios no Congresso dos Sindicatos que seria uma demonstração da sua «prática antidemocrática».

Sobre o referendo anunciado pelos corpos gerentes do sindicato para o dia 18 do próximo mês, o qual deverá substituir-se à contestada votação da assembleia, a Comissão classifica-o de «anti-estatutário». «Segundo os estatutos qualquer referendo tem de ser decidido por uma assembleia geral extraordinária convocada para o efeito» — esclareceriam os participantes.

Finalmente, registre-se que a Carta Aberta reúne amanhã, para analisar as consequências da R. G. S. deste fim-de-semana e marcar nova reunião breve para Coimbra. A terceira reunião coimbrã da Carta Aberta marcará o fatalismo de uma cisão indesejada do Movimento Sindical Português?